



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL  
CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**HIAGO DE SOUZA LEMOS**

**ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE BRASIL E COREIA DO SUL  
CONTINUIDADE E REDEFINIÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DURANTE A  
REDEMOCRATIZAÇÃO (1985-1998)**

Porto Nacional, TO  
2023

**HIAGO DE SOUZA LEMOS**

**Análise Comparativa entre Brasil e Coreia do Sul:  
Continuidade e Redefinição da Política Externa durante a Redemocratização (1985-  
1998)**

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Porto Nacional para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador: Prof. Dr. Ítalo Beltrão Sposito.

Porto Nacional/TO  
2023

## FICHA CATALOGRÁFICA

<https://sistemas.uft.edu.br/ficha/>

---

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

---

D467a de Souza Lemos, Hiago.  
ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE BRASIL E COREIA DO SUL:  
CONTINUIDADE E REDEFINIÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DURANTE A  
REDEMOCRATIZAÇÃO (1985-1998). / Hiago de Souza Lemos. – Porto  
Nacional, TO, 2023.  
76 f.  
Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus  
Universitário de Porto Nacional - Curso de Relações Internacionais, 2023.  
Orientador: Italo Beltrão Sposito  
1. Relações Internacionais. 2. Política Externa. 3. Mudança de Regime. 4.  
Análise Comparativa. I. Título

CDD 320

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

**Hiago de Souza Lemos**

**Análise Comparativa entre Brasil e Coreia do Sul:  
Continuidade e Redefinição da Política Externa durante a Redemocratização (1985-  
1998)**

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Porto Nacional, Curso de Relações Internacionais. Foi avaliada para a obtenção do título de bacharel e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 06/12/2023

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Ítalo Beltrão Sposito, UFT

---

Prof. Dr. Tullo Vigevani, UNESP

---

Prof. Dr. Murilo Mesquita, UFT

## DEDICATÓRIA

À minha família, sobretudo à minha mãe, por todo o apoio e incentivo no processo de composição desta monografia.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pela concessão de bênçãos após noites e noites de oração, creio que parte da minha força espiritual corroborou a perseverança na escrita deste trabalho.

À minha família e aos meus amigos, por todas as motivações constantes na vida acadêmica, bem como por todos os momentos não relacionados diretamente à monografia em si.

À minha mãe, Eloiza, por todo o conforto e incentivo necessário para a minha formação e para a minha carreira profissional futura.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Ítalo Beltrão Sposito, por desafiar-me e estimular-me a redigir sobre o tema, apesar de todas as dificuldades enfrentadas no tocante à elaboração da pesquisa.

Aos meus colegas do curso, pelas palavras de incentivo para que eu continuasse a escrever, sendo importantes para que eu não desistisse ao longo dessa jornada.

À iniciação científica, pelo financiamento da pesquisa e por ter contribuído com o avanço da monografia.

## EPÍGRAFE

*Um país que exige perfeição moral em sua  
política externa não alcançará nem perfeição  
nem segurança*

HENRY KISSINGER

## RESUMO

A terceira onda democrática na década de 1980 marcou um dos períodos mais significativos para a história, dadas as suas peculiaridades em relação à transição de regime dos Estados e pela redefinição de suas políticas externas. Nesse sentido, este trabalho busca primeiramente analisar os casos de mudança de regime entre o Brasil e a Coreia do Sul, que, após longos anos de autoritarismo como a configuração de seus governos, passaram pelo processo que se denominou como “redemocratização” após 1985. Além disso, a pesquisa tem como objetivos específicos investigar de maneira comparada os dois países, para identificar padrões de redefinição e/ou continuidade com as políticas externas dos governos autoritários, bem como para apontar um paradigma de semelhança na variável independente. A variável independente (VI) do trabalho é a mudança da política externa e, para que a investigação ocasione em resultados eficientes e significativos, foram utilizados a metodologia da concordância de John Stuart Mill e o método histórico-comparativo das Ciências Sociais, para apontar a causa necessária da mudança na política externa e verificar uma similaridade entre os casos em meio as divergências que estes possuem. Foi identificado, com o auxílio de conceitos de Análise de Política Externa (APE) e de Mudança de Política Externa (MPE), que transições de regime podem levar a uma redefinição da política externa, levando em consideração o papel do líder e o seu caráter como primários para tomar as rédeas da mudança. Outras condições necessárias também possuem influência neste processo como foi observado no decorrer do trabalho, tais como: as alterações no sistema internacional, como o final da Guerra Fria; a opinião pública como um pressionador para a mudança, vide as manifestações para a democracia, além do ceticismo ao modelo econômico dos regimes autoritários, que era marcado pelas crises econômicas e falhas em sua estrutura, devido à sua ênfase nas exportações e na indústria nacional. Perante a isso, pode-se afirmar que este trabalho conseguiu contribuir com o entendimento das condições e causas que podem levar à reconfiguração da política externa dos Estados, pois mediante os mecanismos metodológicos e teóricos, foi possível traçar os parâmetros que explicaram a MPE, além de entender a razão desse fenômeno e a participação dos atores nesse processo. Concluiu-se que as disposições dos atores políticos, mormente do Chefe de Estado, são as causas primárias da probabilidade de que uma MPE ocorra, tendo outras condições em jogo como promotores secundários desse fenômeno.

**PALAVRAS-CHAVE:** Brasil; Coreia do Sul; Mudança de Regime; Política Externa; Redemocratização.

## **ABSTRACT**

The third wave of democracy in the 1980s marked one of the most significant periods in history, given its peculiarities in relation to regime transitions and the redefinition of foreign policies by the States. In this context, this work aims to analyze cases of regime change between Brazil and South Korea, which, after years of authoritarianism shaping their governments, underwent the process referred to as "democratization" after 1985. The specific objectives are to comparatively examine both countries, identifying patterns of continuity or redefinition in the foreign policies of authoritarian governments and highlighting similarities in the independent variables. The independent variable (IV) in this study is the change in foreign policy. To ensure efficient and meaningful results, the methodology of agreement by John Stuart Mill and the historical-comparative method of Social Sciences have been employed to identify the necessary cause of the change in foreign policy and to verify similarities between the cases despite their divergences. With the assistance of concepts from Foreign Policy Analysis (FPA) and Foreign Policy Change (FPC), it was identified that regime transitions can lead to a redefinition of foreign policy, with the role of the leader and their character being primary factors in driving this change. Other conditions also influence this process, as observed throughout the study, including changes in the international system such as the end of the Cold War, public opinion acting as a catalyst for change through democratic movements, and skepticism towards the economic model of authoritarian regimes, marked by economic crises and flaws in their structure due to an emphasis on exports and national industry. In conclusion, this work contributes to the understanding of the conditions and causes that can lead to the Foreign Policy Change (FPC) of states. Through methodological and theoretical mechanisms, it was possible to outline the parameters explaining FPC and understand the reasons behind this phenomenon, as well as the role of actors in this process. It was concluded that the dispositions of political actors, particularly the Head of State, are the primary causes influencing the probability of FPC, with other conditions playing a secondary role as promoters of this phenomenon.

**KEY WORDS:** Brazil; Foreign Policy; Redemocratization; Regime Change; South Korea.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Organograma dos promotores e estabilizadores da MPE brasileira de José Sarney .....	62
Figura 2 – Organograma dos promotores e estabilizadores da MPE brasileira de Fernando Collor.....	64
Figura 3 – Organograma dos promotores e estabilizadores da MPE sul-coreana de Roh Tae Woo .....	66
Figura 4 – Organograma dos promotores e estabilizadores da MPE sul-coreana de Kim Young Sam.....	68

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxas inflacionárias do Brasil no mandato de José Sarney .....	44
Gráfico 2 – Dívida externa brasileira em bilhões de dólares (1985-1992).....	46
Gráfico 3 – Taxas inflacionárias brasileiras em porcentagem (1990-1992).....	46
Gráfico 4 – Variação percentual do PIB nominal brasileiro (1985-1992) .....	47
Gráfico 5 – PIB da Coreia do Sul em bilhões de dólares .....	58
Gráfico 6 – Variação anual do crescimento do PIB da Coreia do Sul em porcentagem .....	58

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados de exportação da Coreia do Sul para a URSS, China e países do Leste Europeu em milhões (US\$).....	41
Tabela 2 – Dados de importações sul-coreanas da União Soviética, China e países do Leste Europeu em milhões (US\$) .....	41
Tabela 3 – Organizações civis e porcentagem de crescimento (1987-1996) .....	59

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABACC	Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares
AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica
Arena	Aliança Renovadora Nacional
EPB	<i>Economic Planning Board</i>
FKI	<i>Federation of Korean Industries</i>
FKTU	<i>Federation of Korean Trade Unions</i>
GATT	<i>General Agreement on Tariffs and Trade</i>
IA	Iniciativa para as Américas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFANS	<i>Institute of Foreign Affairs and National Security</i>
ISI	Industrialização por Substituição de Importações
KFTA	<i>Korean Federation of Teachers' Associations</i>
KINU	<i>Korea Institute for National Unification</i>
ME	Ministério da Economia
MHC	Método Histórico Comparado
MND	<i>Ministry of National Defense</i>
MOFA	<i>Ministry of Foreign Affairs</i>
MOTIE	<i>Ministry of Trade, Industry and Energy</i>
MOU	<i>Ministry of Unification</i>
MPs	Medidas Provisórias
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MSA	<i>Mutual Security Agreement</i>
NCNP	<i>National Congress for New Politics</i>
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONGs	Organizações não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PCN	Projeto Calha Norte
PEB	política externa brasileira

PEDs	Países em Desenvolvimento
PNN	Programa Nossa Natureza
RI	Relações Internacionais
ULD	<i>United Liberal Democrats</i>
URSS	União das Repúblicas Soviéticas Socialistas
VI	Variável Independente
ZOPACAS	Zona de Paz e de Cooperação no Atlântico Sul

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>2</b>	<b>BASES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS .....</b>	<b>20</b>
<b>2.1</b>	<b>Estudos de caso, comparação e análise histórico-comparativa .....</b>	<b>20</b>
<b>2.2</b>	<b>Análise de política externa: contexto e debate no século XX .....</b>	<b>23</b>
2.2.1	Mudanças na política externa: nexos entre Regimes Políticos e Política Externa.....	25
2.2.1.1	<i>Janela Política: fluxos, coupling e a mudança na política externa .....</i>	<i>28</i>
2.2.1.2	<i>Regime e Mudança na Política Externa.....</i>	<i>30</i>
2.2.2	Atores e estruturas da política externa brasileira (1985-1993).....	32
2.2.3	Atores e estruturas da política externa da Coreia do Sul (1988-1998).....	35
<b>3</b>	<b>CONTEXTO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS EXTERNAS NA REDEMOCRATIZAÇÃO .....</b>	<b>39</b>
<b>3.1</b>	<b>Conjuntura Internacional: final da Guerra Fria .....</b>	<b>39</b>
<b>3.2</b>	<b>Investigação dos mandatos de José Sarney e Fernando Collor no âmbito internacional.....</b>	<b>42</b>
<b>3.3</b>	<b>Democratização na Coreia do Sul: lente analítica internacional dos governos de Roh Tae Woo e Kim Young Sam .....</b>	<b>49</b>
<b>4</b>	<b>ESTUDO COMPARADO DAS POLÍTICAS EXTERNAS DOS CASOS: REDIRECIONAMENTO OU CONTINUIDADE? .....</b>	<b>52</b>
<b>4.1</b>	<b>Brasil.....</b>	<b>52</b>
<b>4.2</b>	<b>Coreia do Sul.....</b>	<b>54</b>
<b>4.3</b>	<b>Relação entre Regime Político e Política Externa no Brasil e na Coreia do Sul.....</b>	<b>60</b>
4.3.1	Padrões de mudança e continuidade nas políticas externas de José Sarney e Fernando Collor.....	61
4.3.2	Padrões de mudança e continuidade das políticas externas de Roh Tae Woo e Kim Young Sam.....	65

<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>70</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>73</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A partir de 1974, uma gama de Estados inseridos no sistema internacional apresenta, em seus âmbitos domésticos, cenários marcados pela transição democrática após décadas de governos autoritários. Huntington (1992) chamou o processo de “Terceira Onda Democrática”, em que se encerraram regimes autoritários e surgiram regimes democráticos. Nesse prisma, muitos países, especialmente da América Latina, passaram a vivenciar uma conjuntura de abertura política e liberalização econômica. Um dos objetivos à época dos Estados era a superação da crise da dívida externa, além de outros problemas que marcavam o continente latino-americano<sup>1</sup>.

A respeito das regiões do sul da Europa, do Leste Asiático e do Leste Europeu, a redemocratização foi marcada por diferentes sistemas governamentais democráticos, tais como o presidencialismo e o parlamentarismo (HUNTINGTON, 1992, p. 579). Aqui, observa-se que, por mais que a mudança de regime tenha sido um fator comum nessas regiões, as propostas, os objetivos e os sistemas de governo se distinguiam, bem como a superação das consequências causadas pelo autoritarismo nos países.

No adentrar dos casos brasileiro e sul-coreano, essa dinâmica, marcada pela passagem de um modelo autoritário para um modelo democrático, passa a acontecer em períodos semelhantes (entre 1985 e 1988), tendo sido caracterizados pelo fim das ditaduras militares e pela abertura das políticas externas brasileira e sul-coreana. Enquanto o Brasil passa por esse processo no ano de 1985, com o mandato de José Sarney, a Coreia do Sul passa a ser contornada pela democratização somente com a ratificação da Declaração para a Democracia de Roh Tae Woo em 1987, que culminou em seu mandato no ano seguinte.

Ambos os países apresentam pontos em comum em suas políticas externas, como, por exemplo, a transição de um modelo econômico direcionado a exportação para um modelo mais inclinado a importações. Nessa lente, parte-se do pressuposto de que fatores externos são cruciais para essa mudança, pois as pressões internacionais adentram as economias brasileira e sul-coreana para que essas últimas estejam alinhadas às novas diligências advindas do modelo neoliberal, impulsionado pelos Estados Unidos.

---

<sup>1</sup> A década de 1980 na América Latina ficou economicamente conhecida como a década perdida, na qual grande parte dos Estados tinha que lidar com sua transição democrática em meio a problemas econômicos. Nesse sentido, a dívida externa fazia-se como o principal impasse para que os países, assolados pela crise econômica, elaborassem políticas para mitigar a crescente dívida externa, que acabava sendo um problema também para que os Estados latino-americanos pudessem ter poder de barganha na arena internacional (VIGEVANI; CEPALUNI, 2011, p. 43).

Nesses mandatos, tanto o Brasil como a Coreia do Sul vivenciaram um processo traçado pela intensa abertura da janela política<sup>2</sup>. Fatores como a pluralização de atores influentes sobre a política externa, bem como fenômenos de privatização e liberalização econômica em suas distintas economias domésticas foram alguns dos resultados deste processo.

Por este caso, o Brasil de Fernando Collor (1990-1992) é traçado pela privatização, tendo o presidente tomado medidas provisórias para privatizar uma série de entidades públicas (SPOSITO, 2013, p. 129). Enquanto isso, na Coreia do Sul de Kim Young Sam (1993-1998), a liberalização econômica é intensificada mediante a política de globalização. Nessa órbita, o presidente implementa investimentos ao setor financeiro e aumenta os seus incentivos à competitividade internacional (SAXER, 2013, p. 183), além de reduzir a concentração econômica dos *chaebol*. Embora este processo não tenha acontecido da mesma forma em ambos os casos, os países passaram pelo mesmo fenômeno de abertura dos mercados nacionais, em períodos similares, a partir da democratização.

O presente trabalho examinou, *ipso facto*, os impactos deste processo de democratização sobre a política externa do Brasil e da Coreia do Sul, durante o período da redemocratização. Aqui, perfez-se o objetivo de compará-los e identificar, a partir disso, fatores domésticos e externos, bem como o papel do Chefe de Estado, dos núcleos ministeriais, das organizações não-governamentais, dos grupos de interesse e da sociedade civil no processo de mudança.

Usando como instrumental as teorias de Análise de Política Externa e Mudança de Política Externa, foi possível identificar os principais aspectos que marcaram o período da redemocratização ambos os países, com o propósito de responder à seguinte questão: qual a similaridade, em relação à mudança de regime, que o Brasil e a Coreia possuem em suas políticas externas? A principal hipótese é a de que o papel do líder foi uma condição necessária para impulsionar uma ruptura na política externa (PE) dos dois países sob o cenário de transição de regime.

---

<sup>2</sup> Para SPOSITO (2013, p. 123, tradução nossa), a terminologia “janela política” tem origem na concepção de “janelas espaciais” delimitada por autores como Kingdon. Enquanto janelas espaciais referem-se a períodos que os atores políticos tiram vantagem de um momento específico da política externa para inserir propostas na agenda e persuadir outros atores a apoiar tais soluções para acabar com a inadequação política nas circunstâncias que se encontram, as janelas políticas são os momentos em que os custos políticos para a mudança são menores, o que leva à amplificação dos interesses dos atores em levar a cabo as reformas para que sejam implementadas na política externa. Para saber mais, acesse: SPOSITO, Ítalo Beltrão. Foreign policy change in Brazil: comparing Castelo Branco (1964-1967) and Fernando Collor (1990-1992). *Brazilian Political Science Review*. 2013, v. 7, n. 3, p. 123-181.

Por uma tentativa de responder a esta questão de maneira minuciosa, fez-se a análise dos governos de ambos os países, a fim de aprofundar-se nos padrões que foram destaques na redemocratização. Aqui, os conceitos vinculados a noções de política externa de Saraiva (2003), Hurrell (2003) e Niklasson (2006), como mudanças, relação entre o tipo de regime político e a política externa etc.

Para apresentar os resultados, além desta introdução iniciar o texto, esta monografia foi organizada da seguinte forma: na segunda seção, buscou-se detalhar a metodologia utilizada para a análise, as teorias de Análise e Mudança de Política Externa, bem como a exploração dos atores e estruturas das políticas externas do Brasil e da Coreia do Sul; a terceira parte tratou dos dados e da discussão que giraram em torno dos fenômenos de política externa ocorridos no período, além do contexto internacional; e na quarta seção, fez-se a análise dos casos seguindo a metodologia e teoria apresentadas a fim de identificar uma semelhança em relação à variável independente (VI), neste caso, a Mudança de Política Externa (MPE), e similaridades na variável dependente, isto é, a. Por último, as considerações finais objetivaram explicar tudo que foi abordado sobre a problemática, bem como abordar os resultados encontrados com a pesquisa.

Evidencia-se a importância de tratar de estudos comparados no campo da política externa, haja vista a escassez e dificuldade em encontrar pesquisas que tracem os aspectos produzidos pela discussão dos casos Brasil e Coreia do Sul simultaneamente, sobretudo no que diz respeito aos nexos entre regime político e política externa dos países. Com esse trabalho, torna-se possível concretizar cada vez mais pesquisas do gênero no seio das teorias de política externa comparada, que são importantes para seu entendimento e suas aplicações para os casos.

## **2 BASES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS**

Este capítulo teve o propósito de apresentar uma descrição explicativa da metodologia que compõe o trabalho. Neste prisma, buscou-se o aprofundamento dos fenômenos de estudo de caso, comparação de casos e análise histórico-comparada, para explicar a maneira que a pesquisa se estrutura para a comparação entre as políticas externas do Brasil e da Coreia do Sul.

Outrossim, também foram abordados conceitos de APE, como mudanças e a relação entre os regimes políticos e a PE, para investigar a pergunta de partida do trabalho. Autores como Saraiva (2003), Hurrell (2003) e Niklasson (2006) discutem os fatores que constroem a estabilidade de um regime, como a legitimidade, a performance e a coerção – sendo estes impeditivos das mudanças que afetem a política externa. Somado a isso, também levantam aspectos atrelados ao redirecionamento da PE, apontando momentos propícios para esse fenômeno, como cenários de transição de regimes autoritários para regimes democráticos, por exemplo.

As correntes metodológicas e teórico-conceituais do trabalho permitiram um entendimento da construção de um estudo de caso, além de sublinhar a importância da análise comparativa para o estudo das causas que levam às mudanças nas políticas externas. Também, proporcionou apontar a redemocratização como um período relevante para essas alterações, havendo oportunidades dentro desse cenário para os atores (Chefe de Estado, núcleos ministeriais, organizações não-governamentais, grupos de interesse e a sociedade civil) desenvolverem políticas de acordo com seus interesses.

Portanto, esperou-se nessa seção trabalhar os pilares que compõem a metodologia e a teoria para a análise comparativa da política externa entre os países. Com esse propósito, foi dividida em subseções, da seguinte forma: a primeira abordou a conceituação de estudo de caso e comparação nas análises qualitativas; a segunda traçou as definições de política

### **2.1 Estudos de caso, comparação e análise histórico-comparativa**

Tendo em vista que o presente trabalho teve como objetivo principal analisar dois casos específicos em torno de um fenômeno em comum, foi de extrema importância explicar como se comportam os estudos de caso e sinalizar a relevância que a comparação possui no campo das Relações Internacionais e da Ciência Política. Neste sentido, a contribuição de autores como Given (2008), George e Bennett (2005), e Amorim (2016) é essencial para esta

pesquisa, pois buscaram evidenciar a relevância dos trabalhos compostos por método comparativo, bem como demonstrar variados mecanismos que se pode utilizar para realizar uma análise comparada adequada e estruturada.

Em primeiro plano, traz-se à exposição a definição de estudo de caso e o seu surgimento, que está relacionada à abordagem de casos, com foco em seus fenômenos, de maneira aprofundada. Given (2008, p. 68) aponta que o seu surgimento remonta ao crescimento das análises qualitativas entre os metodólogos científicos após a Segunda Guerra Mundial, pois tal conflito de magnitudes estratosféricas gerou a necessidade de procurar novas formas de examinar determinados fenômenos.

Num estudo de caso, a análise comparativa compreende-se como a tarefa inicial dentro de uma pesquisa para descrever um caso em particular. Aqui, a comparação debruça-se na avaliação de similaridades, distinções e/ou associações entre os fatores que estão sendo colocados em jogo. É possível, dessa forma, definir as metas deste tipo de pesquisa, prover instâncias no campo de análise e estimular a discussão de problemas na metodologia qualitativa (GIVEN, 2008, p. 68-69).

Além disso, os estudos de caso utilizam-se de estratégias de aprofundamento, conhecidas como *process-tracing* e descrição densa, que se debruçam numa análise centrada nos casos. Isso significa que eles possuem uma consistência teórica avançada e profunda para a realização da análise, bem como vantagens no tocante à completude de conceitos empíricos (GIVEN, 2008, p. 68). É dessa forma que se observa que os estudos de caso podem apresentar mais de uma unidade de observação nas pesquisas, não se limitando a somente

Para distinguir os estudos *large-n* dos estudos de caso, Given (2008) apresenta os conceitos de validade externa e interna em ambas as abordagens metodológicas para análise. Enquanto os estudos *large-n* apresentam certas vantagens para determinar meios estatísticos de análise, tendo maior segurança para determinar a validade externa de suas análises, os estudos de caso conseguem assegurar a sua validade interna por meio do levantamento de variados indicadores para analisar um conceito. Nesse sentido, os estudos de caso possuem a desvantagem de ter limitações no que diz respeito aos mecanismos de asseguramento da validade externa, sendo restritos somente à validade interna dos conceitos.

Acerca de pesquisas comparadas, tem-se John Stuart Mill (1843) como principal precursor do uso de metodologia comparada nos estudos qualitativos. O autor delineou cerca de três tipos de métodos para analisar dois ou mais casos, denominados de: método da concordância, método da diferença e método das variações concomitantes. Enquanto o primeiro examina os casos a fim de identificar uma similaridade na VI, acompanhada de um

resultado em comum em meio a variadas divergências, o método da diferença procura eliminar qualquer condição presente nos casos que envolvam variáveis dependentes e independentes. Nesse sentido, a lógica é que sejam encontradas as diferenças nos resultados, pois condições que se encontrem nos casos supracitados não podem representar nenhuma diferença nos resultados. Já o método de variações concomitantes busca mensurar as variações quantitativas das variáveis a fim de traçar uma relação entre elas (GEORGE, BENNETT, 2005, p. 111).

Sabendo que o método da concordância de Mill é o que permeia a comparação entre os casos do presente trabalho, é recomendado utilizá-lo em concomitância ao mecanismo de *process-tracing*, pois o método apresenta diversas limitações quanto a assegurar que o resultado esteja de acordo com a VI em análise. Usando o *process-tracing*, é possível evitar que erros de falsos negativos e positivos apareçam em decorrência de um desacordo entre os resultados e as variáveis (GEORGE, BENNETT, 2005, p. 113).

No que diz respeito à análise histórico-comparativa, vale ressaltar que ela se compreende como um método que elabora conceitos e mecanismos causais, possibilitando a comparação de um número limitado de Estados (casos). O primeiro objetivo da análise surgiu com o autor Barrington Moore Jr, no qual estabeleceu que era primordial “encontrar as causas de um resultado relevante ou fenômeno político a partir da observação do processo histórico” (AMORIM; RODRIGUEZ, 2016, p. 1007).

Dado que o Método Histórico Comparado (MHC) não se embebe das noções de variáveis dependentes e independentes, o método vale-se da presença ou ausência de condições, conforme proposto pela literatura de Mahoney, Kimball e Koivu (2009, apud AMORIM; RODRIGUEZ, 2016). Há aproximadamente cinco dessas noções, sendo classificadas como: (1) condição necessária, mas não suficiente; (2) condição suficiente, mas não necessária; (3) condição necessária e suficiente; (4) *Suin* (parte suficiente de um fator insuficiente); e (5) *Inus* (conjunto de fatores que constituem uma causa suficiente) (AMORIM; RODRIGUEZ, 2016, p. 1007).

Identificando as principais causas do fenômeno estudado, é importante relacioná-las com as condições necessárias, as quais apontam que sua presença ou ausência determinará, em partes, o resultado. Enquanto isso, a condição suficiente trabalha com a premissa de que se ela está presente, o resultado ocorre. Diferentemente, as causas necessárias e suficientes comportam-se como condições que influenciam da mesma maneira um mesmo subgrupo (AMORIM; RODRIGUEZ, 2016, p. 1007-1008).

As condições necessárias, suficientes e necessárias e suficientes são raras nos estudos das Ciências Sociais devido à complexidade intrínseca aos fenômenos analisados, o que acaba

cedendo lugar a uma maior presença das condições *Suin* e *Inus*. A condição *Suin* é considerada parte suficiente de um fator insuficiente, não sendo necessária para este fator. Entretanto, ela é essencial para a constituição dos resultados da pesquisa. Do outro lado, a condição *Inus* é caracterizada pela contribuição de um fenômeno a uma cadeia de fatores que constitui uma causa suficiente (AMORIM; RODRIGUEZ, 2016, p. 1008-1009).

Observando as características do método, é possível aferir que, em termos de contraste entre hipóteses, ele consegue ser suficiente e pode garantir que o cientista apresente um estudo válido ao segui-lo rigorosamente. Tendo em vista que o método objetiva uma análise histórica de cada caso, é importante ater-se a uma forte revisão literária para que esse exame seja feito, o que foi tentado no decorrer deste trabalho. É dessa maneira que se torna possível elaborar os mecanismos causais na pesquisa em andamento.

Como forma de agregar o estudo das condições e causas de um fenômeno, o próximo tópico dedicou-se a abordar o conceito de Análise de Política Externa e suas ramificações, para ampliar a visão desses primeiros aspectos no debate teórico-conceitual que gira em torno da relação entre regime político e política externa. É factível observar as condições que levam à MPE e como ela se estrutura, a partir da literatura qualitativa somada à revisão teórica, sendo esta última importante para a aplicação dos fatores metodológicos na discussão que permeia o Brasil e a Coreia do Sul simultaneamente,

## **2.2 Análise de política externa: contexto e debate no século XX**

No início do debate acerca do surgimento da APE, tem-se que esta apareceu como abordagem disciplinar durante o debate próximo ao período da globalização. Com a expansão dos meios comunicativos, a aproximação dos Estados, a pluralidade de atores no cenário internacional e o enfraquecimento do realismo, os países passaram a tornar-se cada vez mais interdependentes (FIGUEIRA, 2011, p. 8).

Para definir o conceito de APE, Alden e Aran (2017) apontam que se trata de um estudo da condução e da prática de relações entre diferentes atores, sobretudo Estados, no sistema internacional. No centro do campo, há os tomadores de decisão, os processos e as condições que moldam a PE e os seus resultados. Por essa lente, busca-se, no campo da PE, compreender a relação entre o processo de tomada de decisão (conceitualizado em inglês como: *decision-making*) e o comportamento dos Estados, além de tecer as leituras que abordam o elo que as organizações, os Estados e a política externa possuem, pois são relevantes para contribuir com estudos das Relações Internacionais.

No contexto dos debates teóricos de política externa que precedem à sua consolidação como subárea das Relações Internacionais (RI), as principais teorias que travaram um embate foram as tradicionalistas e pluralistas. Os tradicionalistas embebiam-se da teoria realista, que apontava que o Estado era o único ator a guiar os processos em matéria de PE, e que o processo de tomada de decisão era racional, não importando divisões internas. Enquanto isso, os pluralistas acreditavam que o Estado não era o único ator, além de que havia divisões e conflitos internos que influenciavam as decisões tomadas (FIGUEIRA, 2011, p. 9-10).

A APE é essencialmente uma abordagem pluralista, por partir exatamente do questionamento das premissas tradicionais da teoria realista, e autores como Robert Putnam, com a sua teoria do Jogo de Dois Níveis (*two-level game*), fortaleceram a lente direcionada a como os tomadores de decisão são afetados pelos processos de interdependência complexa dos Estados. Nesse sentido, ele traça as relações domésticas e externas na PE, teorizando em seus trabalhos a maneira como os Estados atuam nos âmbitos internacional e doméstico simultaneamente (ALDEN; ARAN, 2017, p. 9).

Putnam reforça, em sua teoria, o nível externo (nível I), onde são prioridades as estratégias e as relações de barganha dos negociadores no sistema internacional, e o nível interno (nível II), que compreende a participação das instituições e das coalizões domésticas na busca de defender seus interesses. Tendo em vista a visão de Putnam, o olhar que é lançado para a PE é de uma visão pela qual o caráter das relações é interdependente, pois são levados em consideração tanto os processos do plano doméstico como internacional (PUTNAM, 2010, p. 151). Logo, a ideia é que nenhum nível se sobreponha ao outro, mas que se encontrem em uma relação simbiótica, pela qual um possa se beneficiar do outro e vice-versa.

Nesse sentido, o processo de tomada de decisão envolve tanto a arena doméstica como a arena internacional dos Estados. A atuação do líder de Estado é presente em ambos os níveis, estando encarregado de mediar as pressões que ocorrem entre as arenas, sendo sua definição caracterizada pela soma de ambos os fatores levados em consideração para a formulação da PE (PUTNAM, 2010, p. 151).

Enquanto do lado externo há a presença de diplomatas e outros assessores internacionais, do lado nacional encontram-se os partidos políticos, os parlamentares, os porta-vozes das agências domésticas, os representantes de grupos de interesses e assessores políticos do Chefe de Estado. No avanço da análise, Putnam (2010) aponta que

A incomum complexidade desse jogo de dois níveis torna-se clara quando ações que são racionais para um jogador em determinado tabuleiro (como aumentar os preços da energia, conceder território ou limitar a importação de carros) podem ser

imprudentes para esse mesmo jogador em outro tabuleiro. Entretanto, existem poderosos incentivos para que haja coerência entre esses dois jogos. Os jogadores (e observadores) tolerarão algumas diferenças retóricas entre os dois jogos, mas no final ou os preços da energia aumentam ou não (PUTNAM, 2010, p. 151-152).

Por essa lógica, fica evidente que o jogo é complexo devido à relativa racionalidade entre os atores, podendo uma política ser interpretada como sendo racional ou não no processo de tomada de decisão. Apesar disso, no fim das contas, a política será decidida a partir dos interesses em jogo, mesmo que sejam ignoradas incongruências que não impactem suficientemente a decisão.

À vista do exposto, percebe-se que a APE consegue tratar de questões sobre a atuação dos atores no *decision-making* e como estes se comportam. A expressão “desvendar a caixa-preta do Estado” marca a importância de analisar outras dinâmicas interativas dentro da política externa, pois não é somente o Estado o único ator a abranger o interesse doméstico nesta perspectiva, mas também outros atores e grupos detentores de distintos interesses.

Portanto, o interesse nacional que, na tradição realista, era centrado apenas no Estado, passa a ganhar uma nova abordagem pluralista ligada à noção de “abrir a caixa-preta do Estado”, sendo destaque na nova configuração disciplinar conhecida como APE, que gera, ao longo do tempo, novos debates acerca dos fatores que levam às mudanças e rupturas na PE. Dessa forma, compreender os fatores domésticos é essencial para explicar as rupturas, porque, outrossim, apenas transições sistêmicas trariam alteração no comportamento internacional dos Estados, havendo coincidência entre os processos em vários países. A partir da observação das variáveis internas, pode-se avaliar, de forma completa, os motivos da MPE de um país.

### 2.2.1 Mudanças na política externa: nexos entre Regimes Políticos e Política Externa

Para adentrar a área que discute as relações que há entre regime político e a PE, é importante revisar a literatura que debateu os conceitos que permeiam a análise. Saraiva (2003), Hurrell (2003) e Niklasson (2006) foram alguns dos autores que abordaram a relação entre PE e regime político dos Estados.

Saraiva aponta a dificuldade de encontrar-se com literatura que trate das associações que os dois campos possuem. Malgrado a isso, foi possível estabelecer diversos pontos de vista, através das concepções clássicas e modernas, como um paralelo. A leitura mais importante está atrelada à ideia mais inovadora do conceito, proposta por Renouvin e Duroselle, que teorizaram as profundas relações entre fatores domésticos e a sociedade internacional, possibilitando, no futuro, análises entre regime político e PE. Surgiram, após

esse precursor, contribuições latino-americanas para este exame, que colocaram seu esforço na explicação de mecanismos padronizados de continuidade e mudança na inserção internacional do continente (SARAIVA, 2003, p. 18-19).

O autor também estabelece o que chama de “tentações” para explicar os *links* que existem entre regimes políticos e a PE. A primeira implicaria em tornar os fatores conectivos irrelevantes na compreensão da política internacional. A segunda estaria relacionada à dificuldade de incluir esses nexos dentro do escopo geral e da definição da política externa. Para driblar isso, é observada a forma como teorias liberais lançam um olhar sobre a importância do regime político para a PE (SARAIVA, 2003, p. 22-23).

Ao mencionar um modelo de teoria liberal, como a Teoria da Paz Democrática, por exemplo, Saraiva traz a ideia de que em regimes democráticos, haveria formas institucionalizadas de controle de poder, evitando conflitos sem o uso da força. Apesar disso, aponta uma contradição, na qual este tipo de “tentação” deve ser evitado, haja vista que acontecimentos, como a Invasão Anglo-americana ao Iraque, colocam em xeque a ideia de que embates possam ser resolvidos sem o uso da força (SARAIVA, 2003, p. 25).

Por último, a terceira tentação busca conectar os dois conceitos, por um lado, e pelo outro, tratar da problemática da guerra. Aqui, a PE é vista pela dicotomia paz e guerra. O autor também afirma que outros fatores devem ser considerados para avançar-se na discussão, como

Estruturas de Estado, identidades políticas, luta pelo poder, sistemas partidários, padrões de mudança da sociedade internacional, a busca pelo desenvolvimento, percepções políticas do desenvolvimento global duradouro por grupos sociais organizados e não-organizados e elites internacionais: todos estes fatores interconectados precisam ser considerados, mesmo que sem um raciocínio automático funcionalista ou determinista (SARAIVA, 2003, p. 26, tradução nossa).

Entende-se aqui que a compreensão do link entre a PE de um Estado e o seu tipo de regime político vai além. Nesse sentido, é importante levar em conta os padrões organizacionais mencionados por Saraiva (2003) que compõem o sistema e a sociedade, para que se possa ter um melhor discernimento da relação entre regime político e política externa.

Enquanto isso, com as leituras de Hurrell (2003), percebe-se que o autor lança um olhar sobre o fato de regimes políticos estarem marginalizados das teorias de Relações Internacionais, pois ao campo das RI interessa explicar os resultados da interação dos Estados, e não em descrever o comportamento e as motivações de cada um. Não obstante, essa dinâmica é observada como a arena doméstica sendo o âmago das teorias de política internacional. Neste caso, leva-se em conta a teoria liberal de Moravcsik, que aponta que os

principais atores na política internacional são os indivíduos. Aqui, há um processo *bottom-up*, no qual os interesses e vontades da sociedade civil caracterizam-se como a base do comportamento estatal (HURRELL, 2003, p. 31).

Do outro lado, teorias que estejam inclinadas ao realismo, geralmente tenderiam a visualizar a importância do tipo de regime político, bem como analisar até que medida os Estados são obrigados a acatar aos ditames e aos constrangimentos descritos pelo sistema político internacional no tocante à forma como devem comportar-se (HURRELL, 2003, p. 32). Aqui, observa-se que a perspectiva é de que o interesse nacional dos Estados sofre influência direta do sistema internacional.

No caminhar das definições que Hurrell (2003) traz para explicar melhor essa relação, fica evidente que o conceito de regime político está atrelado ao vínculo das instituições com o Estado e a sociedade civil, que solucionam os problemas de como a sociedade é governada, bem como tratam das relações entre o povo e o agente estatal. Nesse sentido, os impactos de um modelo econômico específico para a política externa, por exemplo, pode ser melhor explicado pelo caráter do Estado do que ao tipo do regime, pois no caso da Industrialização por Substituição de Importações (ISI) como é mencionado pelo autor, é dito que este modelo de industrialização moldou a política externa dos Estados, e não o regime (HURRELL, 2003, p. 43-44).

Ao traçar os *links* que regimes políticos e políticas externas possuem, o autor classifica diferentes regimes da seguinte forma: autoritários e militares; revolucionários; e democráticos e em processo de democratização. Sobre a égide autoritária e militar, o autor aponta que, embora não seja possível identificar padrões claros de PE em regimes militares, é possível traçar tendências nas quais esses regimes possuem de expandir seu território de maneira agressiva, sendo um perigo para o próprio povo e para países vizinhos (HURRELL, 2003, p. 47).

Acerca de regimes revolucionários, o processo pelo qual um regime é revolucionado pelo sistema é complexo. Como aponta o autor, o próprio sistema socializa os regimes revolucionários e os domina, acabando por influenciar diretamente em seus aspectos durante uma revolução (HURRELL, 2003, p. 49).

Enquanto isso, a abordagem da Teoria da Paz Democrática traz consigo a ideia de que os Estados democráticos raramente lutam entre si e quase nunca consideram o uso da força em suas relações mútuas, ao passo que outros tipos de relações são conflitantes, como as interações de democracias com as não-democracias. Não obstante, o argumento predominante

é de que tanto democracias como não-democracias são mais propensas à guerra quando é envolvida uma relação entre elas (HURRELL, 2003, p. 53).

Além disso, os debates têm girado em torno da explicação dos processos de democratização ao invés de tratar de regimes já estáticos. Esses regimes em processo de democratização não são mais propensos à guerra do que outros, podendo agir nas esferas de cooperação (HURRELL, 2003, p. 53). No caso da América Latina, na década de 1980, Brasil e Argentina passaram pelo processo de democratização, no qual compartilhavam interesses e identidades sob o senso comum da vulnerabilidade. Ou seja, a ideia de estarem econômica e socialmente frágeis em decorrência dos regimes militares é colocada em pauta para a sua superação no decorrer dos anos, o que reforça o argumento de que regimes em democratização possuem a característica de possuírem uma posição mais cooperativa nas searas regional e internacional, sendo resultado da ideia de superação do autoritarismo.

Para finalizar, o autor aponta a ideia de tipo de regime como um produto das RI, com os Estados sofrendo impactos externos em suas políticas domésticas. A preponderância das democracias, em sua maioria, traz um campo global magnético que influencia as ações e comportamentos dos atores no mundo político. Esse fator evidencia, mais uma vez, que tudo que ocorre no âmbito externo é importante para a compreensão das políticas domésticas (HURRELL, 2003, p. 62).

Considerando este debate, emerge a perspectiva de que os regimes democráticos são menos conflituosos e isolados no sistema internacional. Ademais, a transição de regime geraria a expectativa de uma mudança no modelo de desenvolvimento, fator que se espera observar nos casos em análise neste trabalho.

Outrossim, essa transição de regime acaba por alimentar cenários oportunos para mudanças na política externa. O próximo subtópico apontou questões relacionadas a esses momentos específicos, que são importantes para fazer ampliar a probabilidade de que atores domésticos possam implementar pautas reformistas no processo de formulação da política, sendo primacial para o entendimento dos custos para levar a cabo as políticas durante a transição de regime no Brasil e na Coreia do Sul.

#### *2.2.1.1 Janela Política: fluxos, coupling e a mudança na política externa*

No seio do fenômeno da MPE, há momentos que são oportunos para que os atores políticos aproveitem para promover uma mudança. Esses momentos são denominados de “janela política” (conceitualizado em inglês como: *Windows Policy*). Para Kingdon (1984, p.

165), a janela política é uma oportunidade que os atores defensores de uma proposta para a PE utilizam para levar a cabo suas soluções quando problemas surgem. O objetivo seria implementar um desenvolvimento no fluxo político para que usassem isso em sua vantagem.

No que diz respeito aos momentos, a janela política geralmente abre em condições específicas e só se mantém aberta por curtos períodos. Nesse sentido, tendem a ampliar-se em casos de mudanças administrativas, como transição de mandatos presidenciais e alterações na distribuição ideológica de assentos políticos do Congresso e/ou na opinião pública (KINGDON, 1984, p. 168).

Esses fatores compreendem o que Kingdon denomina como “fluxo de problemas” (conceitualizado em inglês como: *problem stream*) e “fluxo político” (conceitualizado em inglês como: *political stream*). Seguindo o raciocínio do autor, o fluxo de problemas e o fluxo político são os principais fatores de impacto para a agenda. Enquanto isso, as alternativas para a mudança são compreendidas pelo “fluxo de soluções” (conceitualizado em inglês como: *policy stream*) (KINGDON, 1984, p. 168).

Caso os participantes da elaboração da política não aproveitem a oportunidade para a mudança, deverão aguardar até que haja um próximo momento para que sejam levadas a cabo suas propostas. Nesse prisma, o autor levanta a importância do *timing* para alguns autores, pois ao elaborar a proposta de antemão, a possibilidade de que seja levada em consideração no momento da abertura da janela política acaba por ser alta (KINGDON, 1984, p. 172).

No fluxo de soluções, as propostas, alternativas e as soluções para a elaboração da política são revisadas. Segundo o autor, ao contrário de um modelo focado na resolução de problemas, em que as pessoas buscam soluções alternativas, as propostas no fluxo político flutuam pelo governo, buscando problemas para serem resolvidos ou acontecimentos políticos que aumentam a sua probabilidade de adoção (KINGDON, p. 172). Essas propostas crescem quando o fluxo político, marcado pelas mudanças, abre espaço para a amplitude da janela política.

Em síntese, esse fenômeno no qual os fluxos mesclam-se é conceituado como *coupling*, em que o fluxo de soluções se pareia com o fluxo de problemas, as propostas conectam-se com as exigências políticas do momento, e as alternativas são introduzidas na agenda quando esta passa por mudanças. Os atores defensores dessas soluções (denominados pelo autor como empreendedores políticos)<sup>3</sup>, por sua vez, são encarregados de pareá-las com

---

<sup>3</sup> Empreendedores políticos (conceitualizado em inglês como: *policy entrepreneurs*) são atores encarregados do processo de *coupling*. Estes atores costumam defender seus interesses e investir seus recursos (tempo, energia,

os problemas ou de levá-las a cabo em momentos propícios no fluxo político (KINGDON, 1984, p. 173).

A importância do *coupling* para a janela política gira em torno da estrutura da agenda governamental. Caso haja a falta de um fluxo, como, por exemplo, a indisponibilidade de uma solução, a dificuldade de encontrar um problema e/ou a falta de apoio do sistema político, a janela política ficará fechada, mesmo que fique aberta por um pequeno período (KINGDON, 1984, p. 173).

Portanto, fica evidente que os fluxos e o processo de *coupling* são de extrema importância para a permanência da abertura da janela política. Nessa órbita, os defensores das propostas, conceituados como empreendedores políticos, são fulcrais para a manutenção e a relação simbiótica dos fluxos, o que evita que a janela de oportunidade se feche e que a política externa se mantenha estável.

#### 2.2.1.2 *Regime e Mudança na Política Externa*

Passando para o campo da análise de regimes e MPE, Niklasson (2006) primeiramente discute as estratégias que podem ser utilizadas por um regime para conquistar metas domésticas, tais como manter a sua estabilidade política ou aprimorar a sua imagem. Nesse sentido, há cerca de três fatores inerentes à estabilidade de um regime, sendo estes: legitimidade, performance e coerção.

Para que a ordem política seja considerada legítima, a sociedade deve reconhecer o direito dos governantes de governar sem estar submissa a fazer isto. Quanto à performance, Niklasson (2006, p. 16) pontua que, o fato de o Estado proteger sua soberania de ameaças externas garante a efetividade do regime, neste caso, a performance. Por último, a coerção é considerada o elemento que diz respeito ao medo racional dos custos que podem ser gerados ao questionar e/ou desafiar o sistema.

Entre os fatores apresentados, os mais eficientes em assegurar a estabilidade de um regime são a legitimidade e a performance. Por si só, a legitimidade consegue ser uma condição suficiente para estabilizar a mudança, pois um regime que carece de legitimidade está fadado a sofrer de colapsos econômicos e políticos. Enquanto isso, a performance consegue, a um certo ponto, substituir a legitimidade e contribuir com a estabilidade política.

---

reputação, dinheiro) para promover uma posição em troca de ganhos futuros antecipados. Para saber mais, acesse: KINGDON, J. W. The Policy Windows, and Joining the Streams. In: KINGDON, J.W. Agendas, alternatives and public policies. Boston: Little, Brown and Company, 1984, p. 165-195.

Não obstante, é considerada o segundo fator menos confiável para coibir cenários instáveis de um regime (NIKLASSON, 2006, p. 20-21).

No que diz respeito a instabilidades/mudanças que ocorrem na PE, o autor aponta que grande parte dos países passam por um processo contínuo de alterações nos planos doméstico e internacional. Aqui, continuidades e mudanças podem ser destaques na configuração da política externa (NIKLASSON, 2006, p. 39).

Algumas perspectivas enfatizam tanto a continuidade quanto a mudança. Enquanto a escola realista de Relações Internacionais visualiza a MPE como um fenômeno propenso a acontecer frequentemente em casos que há alterações no Sistema Internacional, estudiosos da atuação dos atores domésticos observam uma presença maior da continuidade na política externa.

Outrossim, é importante frisar que, sob as definições de reestruturação da PE de Holsti levantada por Niklasson, há cerca de três dimensões da FPC que o autor traz seguindo a classificação de Hagan e Rosati (1994 apud NIKLASSON, 2006, p. 43), sendo estas: a de grau (se a mudança é de pequena escala ou de uma grande reestruturação), a de quadro-temporal (se é uma mudança gradual ou imediata) e a de escopo (como irá afetar a estabilidade do regime, a segurança, a política de comércio e segurança, a identidade nacional e a autonomia do Estado). Além disso, também são mencionadas as categorias da MPE, sendo estas: a de reorientação (os tomadores de decisão procuram reestruturar a PE), a de desligamento (significa o fim dos padrões existentes na PE anterior), a de reestruturação (mudanças significativas dos padrões e a sua consolidação) e, por último, a de estabilização da mudança (NIKLASSON, 2006, p. 41-43).

Embora o autor explique tais dimensões, ele elabora sua perspectiva baseada em seu levantamento teórico, e realiza a sua análise dividindo dois fatores explanatórios: os promotores e os estabilizadores da MPE. Acerca dos promotores, haveria quatro tipos domésticos da mudança: o reajuste doméstico, a mudança conduzida pelo líder de Estado, a advocacia do corpo burocrático e as condições econômicas (HERMANN, 1990 apud NIKLASSON, 2006, p. 45). Enquanto isso, promotores externos da mudança podem ser elencados da seguinte forma: mudanças nas estruturas regionais, globais e ameaças externas. Em outra esfera, promotores cognitivos podem ser classificados como “atitudes face a outros Estados” e “falha política” - tais comportamentos podem levar à mudança efetiva na PE (NIKLASSON, 2006, 44-48).

Sobre os estabilizadores, estes podem determinar até que medida e quando os promotores da mudança farão com que ela aconteça, isto é, servem como impeditivos desta

última. O autor utiliza o mesmo método aparente nos promotores, dividindo em fatores domésticos, externos e cognitivos. Os estabilizadores domésticos são classificados em: tipo de regime, resistência administrativa, rotina organizacional, recursos para a implementação da política externa e interesses domésticos em jogo. Para o âmbito externo, o autor elenca os seguintes estabilizadores: relações bilaterais e estruturas regionais e globais. Por último, ao caminhar para a seara dos estabilizadores cognitivos, observa-se os seguintes tipos: as qualidades da política, e conceitos e modelos analíticos (NIKLASSON, 2006, 48-52).

Em razão do exposto, observa-se o quão importantes são os estudos que enfatizam os nexos entre regime político e política externa, bem como mudanças que ocorrem nos dois casos, pois tais pesquisas buscam responder questões que dizem respeito às razões pelas quais uma mudança ocorreu e/ou ocorrerá, bem como até que medida ela apresentará avanços. Nesse sentido, as dimensões expostas pelos autores corroboram o entendimento do que se vê como MPE ou não dos Estados, além de que permite visualizar como isso impacta na formulação e implementação desta última.

Também, é primordial estudar as relações que uma PE possui com o regime político, pois ajuda a compreender como um fator influencia o outro. A partir disso, pode-se dizer também que este é um cenário interessante para entender como todo o processo afeta a influência dos atores na PE, dado que se causa impactos na formulação e na implementação, possui relação com atores. Sendo assim, estudos sobre o tema são relevantes para analisar todo o conjunto de aspectos aqui apresentados, bem como para trazer contribuições para trabalhos em matéria de política externa e regime político, haja vista que esse conjunto de análises é escasso no ramo da ciência.

Neste trabalho, foram utilizados os promotores e estabilizadores domésticos e externos da mudança apresentados para analisar os casos brasileiro e sul-coreano e explicar o redirecionamento da PE dos países. Logo, os fatores cognitivos não foram levados em consideração para a análise, dado que não foge de seu escopo o desenvolvimento de uma análise aprofundada de características pessoais e de personalidade dos líderes políticos participantes do projeto.

### 2.2.2 Atores e estruturas da política externa brasileira (1985-1993)

Para falar a respeito dos atores na política externa brasileira (PEB), é importante descrever o momento mais importante do período da redemocratização: a Constituição de 1988. Promulgada durante o governo de José Sarney, ela permitiu que fossem revogadas a

limitação do direito ao voto e da organização política. Como consequência disso, o retorno de atores como Organizações não-Governamentais (ONGs), movimentos sociais, sindicatos passou a marcar uma conjuntura plural na participação de atores, na qual o campo da defesa e da manifestação de reformas econômicas e sociais passa a ser cada vez mais democrático (PRADO; MIYAMOTO, 2010, p. 71).

Ao tratar da Constituição de 1988, observa-se que há diversas esferas que possuem competências para a condução da PEB. Nesse sentido, as definições trazidas por Sanchez et al. (2006) buscam tratar das diferentes funções que cada poder (Executivo, Legislativo e Judiciário) possui ao conduzir a política externa de maneira constitucional.

Compete ao poder Executivo manter relações com outros Estados e participar de organizações internacionais; cabe ao Presidente celebrar tratados e acordos internacionais; e à União, sob o Presidente da República, fica encarregada de declarar a guerra e celebrar a paz (arts. 21, I, II e 84, VII, XIX e XX da Constituição Federal de 1988). Enquanto isso, ao poder Legislativo, é competida a tarefa de resolver questões que acarretem encargos gravosos ao patrimônio nacional em tratados e/ou acordos internacionais. Além disso, pode referendar a celebração de tratados pelo Presidente e autorizar a decisão deste de declarar a guerra ou celebrar a paz, bem como aprovar escolhas dos chefes de missão diplomática permanente (arts. 49, I e II; 84, VIII, XIX e XX; e 52, IV da Constituição Federal de 1988). Por último, compete ao poder Judiciário processar e julgar litígios entre o Estado estrangeiro e o Brasil, bem como julgar decisões que criem contrariedades nos tratados internacionais (arts. 102, I; e 105, III, a) (SANCHEZ ET AL., 2006, p. 130).

De acordo com Sanchez et al. (2006), a promulgação da Constituição de 1988 não trouxe diferenças significativas quando comparada à Constituição de 1967. A única distinção significativa que se observa é a inclusão do princípio das Relações Internacionais no documento, que aponta que

A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X - concessão de asilo político (BRASIL, 1988).

Evidencia-se, por esse lado, que novos princípios foram incorporados sob a pauta das Relações Internacionais. Apesar disso, Sanchez et al. (2006) apontam que, por mais que tenha havido a agregação destes princípios à Constituição, não serviram para gerar uma nova configuração da condução da PEB.

Além disso, vale frisar que o Governo Sarney se passara nos anos finais da Guerra Fria, cujo cenário explicou a pressão do *hegemon*, no caso os Estados Unidos, para que o Brasil liberalizasse sua economia. Nesse sentido, o presidente diminuiu de 2400 para 1200 a lista de itens para importação que estavam vetados, bem como reduziu suas tarifas comerciais em 1987. Este fator pode ser explicado pelo poder de barganha minado pelos EUA e pelos problemas econômicos que o Brasil já vinha enfrentando desde a entrada de Sarney ao poder (SPOSITO, 2013, p. 128).

Também, é primordial levantar que, a partir de 1990, o fenômeno da globalização estimulou, por definitivo, a pluralização de atores na PEB. Neste prisma, atores não-estatais e de grupos de interesses econômicos e culturais da sociedade civil passaram a ter influência na formulação da política externa, além de que a autonomia e o monopólio do Itamaraty passaram a enfraquecer-se em decorrência dessa diversificação. Não obstante, a instituição seguiu possuindo protagonismo na coordenação de assuntos relacionados à PEB (MILANI; PINHEIRO, 2013, p. 27).

É imprescindível lembrar que a pluralização de ideias e temas nas agências responsáveis pela formulação da PEB são reforçadas pelo Estado, que produz relações externas de naturezas distintas, o que resulta na politização das agendas. A presença de diversos atores nessa dinâmica torna intensa a politização, que também é alimentada pela expansão de interesses dos ministérios para áreas externas. Neste sentido, sendo o sistema político brasileiro caracterizado pelo presidencialismo de coalizão, com o presidente buscando formar uma base de apoio entre partidos e, a partir desta, criar um ministério para manter sua governabilidade, tem-se o fator que, com o crescimento do corpo ministerial, cada vez mais haverá uma politização da PE (MILANI; PINHEIRO, 2023, p. 27). Portanto, o principal aspecto para a onda crescente de temas é a ampliação dos ministérios.

No tocante ao papel do Ministério das Relações Exteriores (MRE) após a Constituição Federal de 1988, é primacial apontar que, segundo Figueira (2011, p. 18), houve um crescimento relevante na participação desta burocracia nas Comissões Interministeriais. Isso significa que o isolamento institucional no qual o MRE encontrava-se foi reduzido ao longo do tempo. Nesse sentido, aumentou-se a sua interatividade burocrática, com a crescente participação de outros atores no processo decisório, bem como a pluralização de temas.

Em síntese, a estrutura organizacional dividida em competências e funções começa pelo Presidente da República, que toma as rédeas juntamente com o Ministro do Estado na condução das decisões de caráter internacional do país. A seguir, vêm o Secretário Geral e os Chefes de Gabinete, que delegam funções ao Subsecretário Geral, que lidera o Chefe de Departamento que, por sua vez, lidera a seara dos Chefes de Divisões. Nesta hierarquia, temas considerados menos sensíveis pela cúpula presidencial são abertos à participação de outros atores do Ministério para debate. Entretanto, assuntos de caráter mais sensíveis são restringidos às decisões tomadas apenas pelo Presidente da República, MRE, Secretário de Estado e Subsecretários (FIGUEIRA, 2011, p. 13-14).

### 2.2.3 Atores e estruturas da política externa da Coreia do Sul (1988-1998)

No que diz respeito aos precedentes da redemocratização na Coreia, a PE no governo militar de Chun Dae-Woo a partir de 1980 era caracterizada por apresentar um intenso insulamento burocrático, com uma centralização decisória nas mãos do Executivo, o que não permitia a participação plena de grupos da sociedade no processo decisório, sendo a formulação da PE concentrada no Chefe de Estado. Com o passar dos anos, o país foi experimentando um longo processo de liberalização econômica, o que levou a população sul-coreana a organizar-se contra o governo pela democratização, dado que a economia era concentrada apenas nas elites econômicas, como os *chaebol*, e nas políticas formuladas pelo governo.

Tal fato culminou no levante por eleições diretas em 1987, cujo período foi marcado por manifestações de estudantes e movimentos trabalhistas para o estabelecimento da democracia no país. Com a assinatura da Declaração para a Democracia, Roh Tae Woo foi o primeiro presidente a ser eleito diretamente após décadas de autoritarismo no país. Embora este processo tenha criado abertura para participação dos grupos domésticos, “a arena da política externa permaneceu intocada por esse desenvolvimento” (SAXER, 2013, p. 182).

No seio da Declaração para a Democracia, a Constituição da Coreia do Sul de 1948 passou por uma revisão em 1987, reincorporando princípios como: a eleição presidencial quinquenal e aqueles que tocam os direitos básicos da liberdade entre os povos. Aqui, para dar fim ao autoritarismo, também foram incluídos e emendados preceitos que enfatizavam a democracia, a soberania e a pluralidade do sistema partidário (COREIA DO SUL, 1987).

Quanto à atuação dos atores, observa-se o ressurgimento da interação entre os ministérios na política externa e um aumento da influência de grupos de interesse à medida

que a repressão estatal diminuía. Nesse prisma, esses grupos passaram a ocupar posições de destaque e a lidar com questões como, por exemplo, o monopólio na representação de interesses, que tinha sido estabelecido durante os governos autoritários (LIM, LEE, 2023, p. 335).

No contexto da *Nordpolitik*, política traçada por Roh Tae Woo em julho de 1988, que estabelecia o princípio da aproximação e da promoção do comércio entre as Coreias, tinha o objetivo de criar uma conjuntura pacífica e de apaziguamento na região. Tal política possibilitou à Coreia normalizar suas relações diplomáticas com outros países socialistas, tais como a China, a União Soviética etc. (YOON, 1999, p. 55-56.).

O principal grupo opositor à *Nordpolitik* foram os militares e partidos conservadores, com a justificativa de que poderia haver uma possível ascensão de partidos de esquerda na Coreia do Sul, dado o estreitamento nas relações com Estados comunistas. Além disso, estes grupos questionaram a legitimidade da liderança de Roh Tae Woo, pois a Coreia do Norte, que antes era vista como uma ameaça pelos governos militares, passa repentinamente a ser vista como um país próximo pelo presidente.

Tal confusão marcou um cenário cético político sobre a figura do presidente. Em síntese, os militares revelam-se contra a *Nordpolitik* em grande parte do mandato de Roh, devido à falta de liderança do presidente em esclarecer a política, além do medo de uma possível guinada do país à esquerda, observando isso como uma ameaça à democracia sul-coreana (YOON, 1999, p. 56-57). Não obstante, conforme a opinião pública foi tomando força, partidos conservadores passaram a aceitar a política e sentiram-se forçados a estender a mão para o Norte (LIND, 2011, p. 415 apud SAXER, 2013, p. 183).

Observa-se, por essa via, que essa conjuntura, no período da redemocratização sul-coreana, marcou a passagem do país para um modelo cada vez mais autônomo de sua PE. Haja vista que o Estado mantinha fortes relações com os EUA, sendo estas a base para a segurança contra possíveis ameaças norte-coreanas, bem como para a prosperidade sul-coreana, isso passa a alterar-se, ao passo que o presidente busca estreitar laços com países socialistas no marco da *Nordpolitik*.

Acerca dos grupos de interesse, estes não tiveram participação relevante na política em si, pois mesmo tendo ganhado mais autonomia para defender suas preferências e vontades, ainda assim se apresentaram distantes dessa política pelo governo. Exemplos de

representações setoriais, como a Federação de Indústrias Coreanas (na sigla em inglês: FKI)<sup>4</sup> e a Federação Coreana das Associações de Professores (na sigla em inglês: KFTA)<sup>5</sup> foram isoladas do processo decisório e da formulação da política, o que revelou uma atuação débil desses grupos na *Nordpolitik* de Roh Tae Woo (YOON, 1999, p. 59).

Outros atores relevantes para este capítulo são os *chaebol* (conglomerados industriais). No esforço para definir e conceituar os *chaebol*, a definição breve delineada pelo dicionário de Oxford aponta que se trata de um tipo de conglomerado, geralmente de caráter familiar, de indústrias.

Tendo surgido em 1960, criou, no decorrer do tempo, multinacionais globais de grande porte, formando um complexo. Uma década após o seu surgimento, o governo tem apoiado esses grupos através de empréstimos especiais, subsídios e incentivos fiscais, o que estimulou a sua concentração de poder sobre a economia sul-coreana (WOO, 2023, p. 115-116).

Especificamente na ditadura de Park Chung-Hee, foi desenvolvida uma estratégia e política de desenvolvimento industrial químico do Estado. Esse espaço institucional serviu para que os *chaebol* buscassem seu protagonismo nos mercados a partir da estratégia elaborada por Park, tendo estes grupos contribuído fortemente com a modernização e industrialização do Estado sul-coreano no decorrer da década de 1960 (WOO, 2023, p. 116).

Aqui, foi estabelecida uma coalizão entre governo e empresa, possibilitando a criação, em julho de 1961, da FKI, que englobava cerca de 14 empresários e propunha um complexo industrial de larga escala e uma estratégia de industrialização célere. Apesar disso, o governo não aproveitou o canal proporcionado pela FKI, fomentando a concentração econômica nas mãos dos *chaebol* (LIM; LEE, 2023, p. 335).

Malgrado esse fator, a partir da redemocratização sul-coreana de Roh Tae Woo em 1987, a concentração econômica dos *chaebol* começou a ser colocada em xeque, pois pautas governamentais eram levantadas para sua reforma (CHANG, 1988, p. 51). Nessa lente, a participação desses conglomerados na economia nacional passou a ser minada pela necessidade de reformas no seu corpo institucional, haja vista seu histórico de forte centralização econômica. Isso promoveu a inclusão de outros grupos domésticos para a

---

<sup>4</sup>A *Federation of Korean Industries* é uma organização de negócios localizada em Yeouido, Seoul, que tem como objetivo representar os interesses de milhares de empresas espalhadas na Coreia do Sul. Era considerada, na década de 1990, a mais poderosa em termos executivos. Para saber mais, ver: KIM WOO CHOONG. *Britannica*, 2020. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Kim-Woo-Choong>. Acesso em 28 de novembro de 2021.

<sup>5</sup>A *Korean Federation of Teachers' Associations* é uma organização que engloba cerca de 17 associações de professores e 26 organizações filiadas que representam a educação coreana em várias unidades de atividades. Para saber mais, ver: OVERVIEW. *KFTA*, [s.d.]. Disponível em: <http://eng.kfta.or.kr/about/overview.do>. Acesso em 28 de novembro de 2021.

participação em assuntos concernentes à política econômica e comercial do país, incentivando a diversificação e reduzindo a concentração econômica dos *chaebol* (RHYU, 2023, p. 129)

No que toca aos atores e estruturas, o presidente é o protagonista da política externa sul-coreana. Além deste, vale frisar que outros participantes políticos também influenciam o processo de tomada de decisão e a elaboração da política após a redemocratização, tais como os ministérios, os serviços inteligentes, a Assembleia Nacional e outras instituições governamentais que são encarregadas de implementar a política (PARDO, 2023, p. 531). O papel do presidente é decidir até que medida outras instituições poderão participar no *decision-making*, bem como quais problemas poderão lidar para uma posterior implementação da PE. Por fim, também é considerado a cabeça do Estado e o comandante-chefe das forças armadas sul-coreanas.

No tocante aos ministérios, há aproximadamente quatro que influenciam fortemente a política externa da Coreia do Sul, sendo estes: o Ministério das Relações Exteriores (na sigla em inglês: MOFA); o Ministério da Defesa Nacional (na sigla em inglês: MND); o Ministério da Unificação (na sigla em inglês: MOU); e o Ministério do Comércio, da Indústria e da Energia (na sigla em inglês: MOTIE). Sumamente, estes ofícios enfatizam a política externa, a segurança nacional, a Coreia do Norte (na busca pela reunificação) e o comércio, estando encarregados de implementar a política externa, de organizar as informações do Estado e, por último, da análise da política (PARDO, 2023, p. 531).

Dos serviços inteligentes, cerca de duas organizações ficam dirigentes da coleta de operações de inteligência e contrainteligência no país, tais como a Agência de Planejamento de Segurança Nacional (1981-1999) e o Comando de Segurança de Defesa (1977-2018). O objetivo principal dessas instituições é assegurar a segurança nacional e a condução do processo de tomada da política, tendo fortes ligações com o Executivo (PARDO, 2023, p. 532).

Da Assembleia Nacional, ela também possui espaço de influência na arena doméstica. Como tal, encarrega-se de monitorar as decisões da política externa e de aprovar acordos de livre comércio assinados pelo Ministério do Comércio, da Indústria e da Energia.

Por último, a sociedade civil participa do processo de tomada de decisão de maneira informal. As instituições mais relevantes nessa seara são os *think tanks*. Segundo Pardo (2023, p. 532), os *think tanks* podem ser divididos em duas categorias: aqueles fundados pelo governo, mas com diligência autônoma, como o Instituto de Relações Exteriores e Segurança Nacional (na sigla em inglês: IFANS), e os privados, como o Instituto da Coreia para a Unificação Nacional (na sigla em inglês: KINU).

### **3 CONTEXTO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS EXTERNAS NA REDEMOCRATIZAÇÃO**

Este capítulo teve como critério apresentar um levantamento histórico e descritivo da política externa do Brasil e da Coreia do Sul simultaneamente. Para isso, fez-se mister estabelecer as condições que contornam o período da redemocratização, a fim de tomar conhecimento das circunstâncias que influíram na transição democrática dos países. Teve-se como fator principal o final da Guerra Fria, que marcou fortes mudanças no cenário internacional, impactando as políticas domésticas dos países.

As seções foram divididas da seguinte forma: a primeira buscou explicar a conjuntura internacional no período, na qual foram discutidos fatores correspondentes ao caso, bem como dados econômicos; o segundo está relacionado à análise dos mandatos brasileiros, que dizem respeito, sobretudo, aos governos de José Sarney (1985-1990) e Fernando Collor (1990-1992); e o terceiro, por último, examinou os governos sul-coreanos de Roh Tae Woo (1987-1992) e Kim Young Sam (1992-1997) de maneira concomitante. Por este ângulo, todos os aspectos abordados ajudam na compreensão dos fenômenos de APE postos de maneira condensada e objetiva, que se faz como um dos objetivos deste capítulo. Portanto, foi imprescindível a aplicação da análise nos casos a seguir para o alcance deste propósito.

#### **3.1 Conjuntura Internacional: final da Guerra Fria**

À luz do debate que gira em torno do término da Guerra Fria, vale frisar que no momento antes da dissolução da União das Repúblicas Soviéticas Socialistas (URSS), ambos o Brasil e a Coreia do Sul encontravam-se num contexto de ditadura militar, tendo passado por um processo de democratização somente a partir de 1985. É importante demonstrar que, no processo de despolarização do mundo, os Estados Unidos mantinham-se como a única potência mundial, ao mesmo tempo que buscavam difundir os conceitos de economia de mercado e a democracia liberal para o estabelecimento da paz e cooperação mundiais.

Além disso, o processo de acúmulo de armas por parte de Ronald Reagan, presidente dos Estados Unidos entre 1981 e 1989, é um dos fatores para explicar o crescimento e avanço do capitalismo sobre o socialismo no restante do mundo, tendo sido iniciado antes da reestruturação econômica da URSS por parte de Mikhail Gorbachev. Outros fatores, como a debilitação econômica soviética, bem como o mal-estar social causado pelos gastos e custos de armas modernas para sua defesa, predominavam como alguns dos aspectos que

influenciaram a queda do regime após 1990, levando ao avanço da hegemonia estadunidense (PETERSEN, 1993, p. 478-479).

Acerca da Coreia do Sul no período do fim da Guerra Fria, é primordial explicar que o país já mantinha fortes relações com os Estados Unidos, especialmente nos campos militar e econômico. Tais laços são observados pelas ambições nucleares da Coreia do Norte e as tensões que ambos os países já vinham sofrendo desde a Guerra da Coreia (1950-1953), cujo conflito levou à divisão do território coreano mais tarde, tendo os Estados Unidos apoiado, por meio de ajuda externa, à reestruturação da Coreia do Sul após ter sido arrasada durante o conflito. Essa alta dependência dos Estados Unidos passou por mudanças somente a partir do mandato do presidente sul-coreano Roh Tae Woo em 1988, que elaborou iniciativas que visavam à cooperação e à reconciliação com o seu vizinho do Norte (CHOI, 1991, p. 24-27).

No que diz respeito às relações entre as Coreias, houve intercâmbio de mercadorias num total de US\$240 milhões até o fim de 1990 a nível regional. No ano seguinte, o total de bens intercambiados era 7,7 vezes superior ao do ano anterior. Além disso, a nível internacional, o projeto de desenvolvimento no Rio Tumen que faz fronteira com a Rússia e a China coloca em evidência as iniciativas sul-coreanas para que a Coreia do Norte abra sua economia no quadro da cooperação multilateral, o que implica num avanço, embora pequeno, das relações intercoreanas (CHOI, 1991, p. 30).

Outrossim, não são estreitados apenas laços com a Coreia do Norte, mas também com outras potências do Norte e do Leste asiático, como a União Soviética e a China, por exemplo. Um importante acontecimento para a normalização das relações da Coreia do Sul com países comunistas foram as Olimpíadas sediadas em Seoul em 1988. Todos os Estados socialistas, exceto a Coreia do Norte, participaram ativamente do evento, o que abriu espaço para os sul-coreanos criarem um elo amigável e acolhedor com seus futuros parceiros. A partir disso, foram ratificados oficialmente acordos no campo econômico, bem como nas áreas de investimento e pescaria com estes países, ao passo que Seoul tecia acordos de não-agressão e suavização das tensões militares com Pyongyang, com o propósito de uma futura reunificação (CHOI, 1991, p. 27-28).

As tabelas 1 e 2 deixam em evidência o crescimento do comércio no tocante à exportação e importação entre a Coreia do Sul e a União Soviética, a China e os países do Leste Europeu<sup>6</sup>, ilustrado especialmente pelos incentivos à área de cooperação em torno do

---

<sup>6</sup> O Leste Europeu é compreendido pelos seguintes países por JEONG, Kap-Young (1992), a seguir: Bulgária, Tchecoslováquia, República Democrática Alemã, Hungria, Polônia, Romênia e Iugoslávia.

Rio Tumen, bem como pela aproximação geográfica e tentativas de apaziguamento da Coreia do Sul com países socialistas.

Tabela 1 – Dados de exportação da Coreia do Sul para a URSS, China e países do Leste Europeu em milhões (US\$)

	1988	1989	1990	1991
União Soviética	112	208	519	214
China	1,700	1,438	1,553	1,060
Leste Europeu	126	270	541	389
Total de exp.	1,938	1,916	2,613	1,663

Fonte: JEONG, Kap-Young, 1992.

Tabela 2 – Dados de importações sul-coreanas da União Soviética, China e países do Leste Europeu em milhões (US\$)

	1988	1989	1990	1991
União Soviética	178	392	370	310
China	1,387	1,705	2,268	1,484
Leste Europeu	89	118	213	103
Total de imp.	1,654	2,215	2,851	1,897

Fonte: JEONG, Kap-Young, 1992.

Observa-se que o volume comercial de exportação da Coreia do Sul com os países socialistas aumentou numa taxa média anual de 44,6%, enquanto as importações cresceram numa média de 40,30% durante o limiar da Guerra Fria (1987-1990) (JEONG, Kap-Young, 1992, p. 155). Tais dados confirmam o argumento de que, na política externa de Roh Tae Woo, ocorreu uma aproximação a países socialistas com o objetivo de estabilizar as relações com a Coreia do Norte. Assim sendo, Roh estabeleceria como foco principal a reunificação das Coreias, tendo como alicerce de sua pretensão o retorno aos elos com Estados socialistas, apresentando uma política externa distante dos Estados Unidos.

Enquanto isso, no Brasil, durante o mandato de José Sarney, apesar do espraiamento da hegemonia americana, o presidente não enfatizou as relações brasileiras com a potência norte-americana, mantendo, por isso mesmo, uma política externa distante dos interesses dos Estados Unidos. Segundo Oliveira (2017, p. 222), este aspecto foi alimentado pela divergência entre os países no campo das negociações, no qual o Brasil veio sofrendo sanções comerciais dos Estados Unidos devido a “ações desleais” que não iam de encontro com a Lei do Comércio sancionada pelo *hegemon*.

Outrossim, no campo da Rodada Uruguai, ambos EUA e Brasil encontravam-se numa posição de embate em relação à discussão de questões comerciais e econômicas. Enquanto a posição brasileira era a de uma manutenção de temas tradicionais e problemas que deveriam ser solucionados nos países em desenvolvimento, pois no contexto do fim da Guerra Fria, muitos países da América Latina sofriam com a crise da dívida externa decorrente dos governos militares, os Estados Unidos mantinham a premissa de que novos temas deveriam ser englobados, tais como serviços, propriedade intelectual e investimentos. Por esse prisma, o que se observa é a constante luta por parte do Brasil de eliminar a possibilidade de que novos temas adentrem a Rodada Uruguai do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (na sigla em inglês: GATT), para que fossem priorizadas as resoluções e tratamentos para países emergentes em situação de vulnerabilidade (OLIVEIRA, 2017, p. 224-226).

Em conclusão, ficam nítidos os principais pontos que delinearão o sistema internacional e de que forma se relacionavam com o plano interno dos países. Todos estes fatores serão esmiuçados nas próximas seções para que sejam mais bem compreendidos os impactos do cenário internacional nas arenas domésticas do Brasil e da Coreia do Sul, além de aclarar suas posições, em matéria de política externa, que dizem respeito à aproximação com os Estados Unidos.

### **3.2 Investigação dos mandatos de José Sarney e Fernando Collor no âmbito internacional**

No que diz respeito ao período da redemocratização no Brasil, vale lembrar que, inicialmente no governo de José Sarney (1985-1990), a sua política externa apresentou traços de continuidade com a PE dos governos militares, como a estratégia de autonomia do desenvolvimento brasileiro, que era vista como iniciativa para afastar-se da hegemonia dos Estados Unidos (VIGEVANI; CEPALUNI, 2011, p. 59). Neste âmbito, Sarney cria alianças com países vizinhos, como a Argentina, por exemplo. Tal vínculo foi revelado nas

participações do Brasil na Rodada Uruguai, quando deixou claro a sua aliança com o vizinho argentino a partir da assinatura de protocolos que visassem uma integração a nível regional (PRADO; MIYAMOTO, 2010, p. 68).

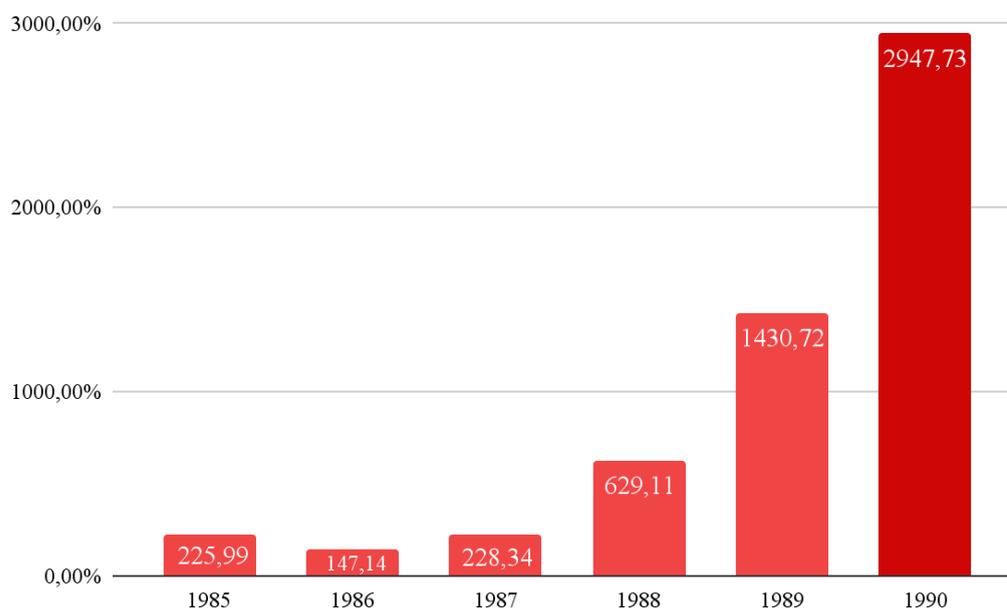
Também, para ilustrar a aproximação brasileira com o vizinho argentino, ambos os Estados assinaram um acordo conjunto sobre a política nuclear em novembro de 1985, deixando clara a importância de utilizar e desenvolver a energia nuclear para fins pacíficos. No mesmo contexto da declaração, promoveram a cooperação para os mesmos fins na esfera do desenvolvimento tecnológico-nuclear, reiterando a criação de Grupos de Trabalho para reforçar a relação dos países na área da energia nuclear (BRASIL, 1985).

Além disso, no mesmo mandato, destacam-se as mudanças no plano internacional, marcado pelo final da Guerra Fria e seus impactos no molde da PEB. Com a derrocada da URSS, os Estados Unidos passaram a adentrar a economia dos outros Estados como a única superpotência do planeta. Ronald Reagan, presidente dos EUA no período de 1981 a 1989, inicia o processo de desregulamentação do sistema financeiro internacional através do ideário neoliberal. Tal iniciativa criou um cenário de desfavorecimento para os países em desenvolvimento (PEDs), tornando-as vulneráveis em decorrência do aumento da volatilidade dos fluxos financeiros globais (PRADO; MIYAMOTO, 2010, p. 72).

Somam-se também os problemas da dívida externa e do protecionismo comercial, que só tornaram a situação dos países em desenvolvimento cada vez mais grave, sobretudo o Brasil. Com reação às iniciativas dos EUA para liberalizar o comércio dos países, José Sarney passa a enfatizar em seu governo as relações com os PEDs. Principalmente nas suas relações com a África, o Brasil objetivou desenvolver uma cooperação com os países do continente. Não obstante, ainda não era possível ir além com esses elos, pois o problema da dívida externa ainda se fazia como um dos principais impasses para acordos de cooperação mútua com os países africanos (OLIVEIRA, 2017, p. 209).

No gráfico 1 são demonstradas as taxas de inflação no período do mandato de Sarney. Observa-se que em um ano após o início de seu mandato, há uma queda de 34% nas taxas inflacionárias. Este cenário passa a sofrer mudanças nos anos posteriores, onde há um crescimento exponencial de 1190% entre 1987 e 1990. Isso é explicado pelas falhas dos planos econômicos de Sarney em conter a crise inflacionária e a crise de legitimidade que assolava a conjuntura do país.

Gráfico 1 – Taxas inflacionárias do Brasil no mandato de José Sarney



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do [DadosMundiais.com](https://dadosmundiais.com) (2022).

Em síntese, observa-se que, embora tenha tido sucesso na aliança com os vizinhos, José Sarney fracassou ao procurar recuperar o poder de barganha brasileiro e diminuir os problemas econômicos que assolavam o país no período pós-ditadura militar. Ademais, devido a fortes pressões dos EUA, a tentativa do governo brasileiro de incorporar temas que objetivassem resolver os problemas dos países em desenvolvimento na Rodada Uruguai não logrou êxito. Por esse prisma, foram inseridos nas negociações os novos temas (serviços, propriedade intelectual e medidas de investimento com aplicação ao comércio), conforme interesse dos Estados Unidos (PRADO; MIYAMOTO, 2010, p. 73).

Além disso, por mais que o Brasil já estivesse passando por um processo indireto de liberalização política no governo de João Figueiredo (1979-1985), e posteriormente econômica, o país só pôde vivenciar legitimamente este processo no governo de Fernando Collor (1990-1992), que foi promissor ao induzir privatizações durante o mandato, possibilitando o Brasil caminhar para um modelo cada vez mais liberal em sua economia e política (HIRST; PINHEIRO, 1995, p. 7).

Durante o governo de Fernando Collor, o presidente insere um discurso permeado pela ideia de modernização e superação da crise econômica para o ingresso brasileiro no Primeiro Mundo. Sob esta aba, o presidente propôs e colocou em prática seu projeto de privatização,

que objetivava ampliar cortes em programas sociais, bem como realizar a abertura econômica do país e sua desregulamentação financeira (PECEQUILO, 2008).

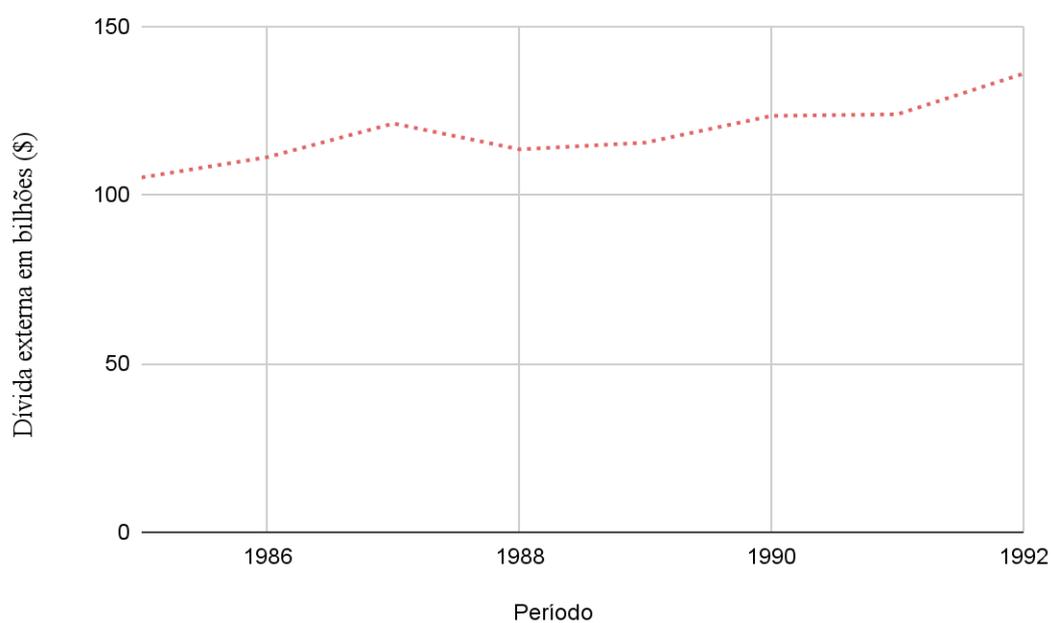
O objetivo principal de Collor era inserir o Brasil nas relações de cooperação com outros países, e aproximar-se das potências econômicas à época. O presidente tomou tais iniciativas com o objetivo de defender suas políticas públicas na arena internacional. Também, viu na relação com países desenvolvidos uma forma de renegociar as dívidas brasileiras, advindas dos governos militares, e para atrair investimentos estrangeiros ao país, pois era necessário conquistar o espaço do país no cenário internacional novamente (SPOSITO, 2013, p. 152).

Para isso, no âmbito interno, Collor deu início ao seu projeto ao reajustar a regulamentação das atividades econômicas do país. Através das Medidas Provisórias (MPs) 145 e 158, foram extinguidas e transformadas as entidades da Administração Pública Federal. Enquanto isso, as MPs 162 e 168 instituíram regras para o imposto de renda e, a partir da moeda nacional denominada cruzeiro, o novo sistema monetário brasileiro foi estabelecido. Por último, as MPs 172, 180 e 184 tinham a meta de reestruturar as condições do mercado financeiro no país, além de introduzir o Cruzeiro como nova moeda nacional para conter os picos inflacionários e liberalizar a economia nacional (SPOSITO, 2013, p. 129).

As iniciativas de Collor para a privatização de entidades estatais e redução de seus poderes buscavam reformular a maneira que o Brasil negociava no âmbito comercial. Neste sentido, também foram reforçados setores que visassem resolver os problemas inflacionários advindos dos governos militares, além da alta dívida externa (SPOSITO, 2013, p. 132).

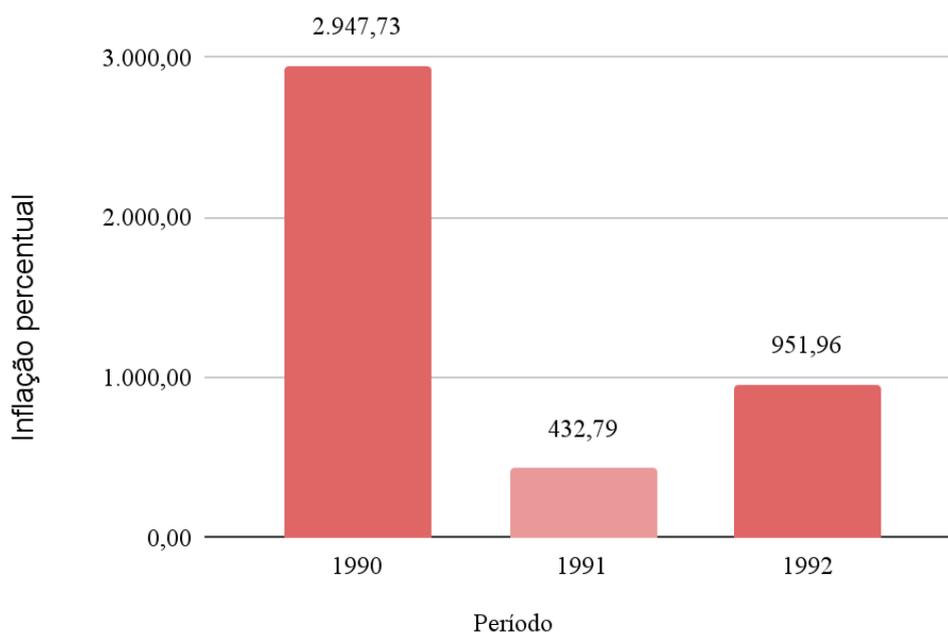
No que diz respeito à dívida externa e à inflação brasileiras, observa-se que, no mandato de Collor, houve um aumento da dívida quando comparada ao do governo anterior. Neste sentido, entre 1990 e 1992, ocorreu um aumento de 18,06% da dívida externa bruta brasileira. Além disso, no início do mandato de Collor, a taxa de inflação encontrava-se em 2947%, tendo sido um dos desafios para o presidente ao assumir a cadeira presidencial em 1990 (SPOSITO, 2013). O gráfico 2 demonstra a crescente dívida externa desde o mandato de Sarney até o fim do governo Collor, com ênfase no aumento da dívida deste último. Enquanto isso, o gráfico 3 aponta uma pequena queda no decorrer do mandato de Fernando Collor, mas que acaba sofrendo um acréscimo entre 1991 e 1992 de 432% para 951% das taxas inflacionárias do Brasil.

Gráfico 2 – Dívida externa brasileira em bilhões de dólares (1985-1992)



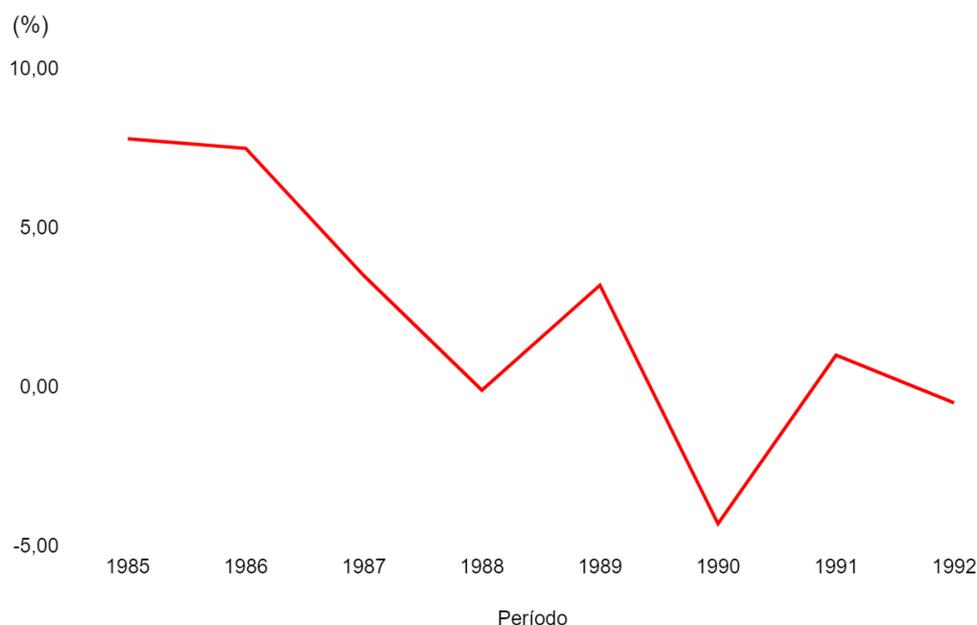
Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do Ipeadata.gov.br.

Gráfico 3 – Taxas inflacionárias brasileiras em porcentagem (1990-1992)



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do FMI.

Gráfico 4 – Variação percentual do PIB nominal brasileiro (1985-1992)



**Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do IBGE.**

A partir do gráfico do PIB brasileiro desde o mandato de José Sarney, percebe-se um avanço da crise econômica no mandato de Collor, com variações percentuais seguidas de -4,3%, 1% e -0,5% do início ao fim de seu mandato (1990-1992). Torna-se evidente, por essa via, o fracasso de suas reformas econômicas para conter a dívida externa, as taxas de inflação e os impactos no PIB.

Por fim, no âmbito nuclear, Collor assinou, em 13 de dezembro de 1991, e juntamente com a Argentina, a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) um acordo que previa o uso da energia nuclear para fins pacíficos e harmônicos na região. Na declaração, é expressa a importância do desarmamento nuclear para a manutenção da segurança e da paz internacionais. Nesse sentido, as partes prontificaram-se a assinar e ratificar o acordo, aceitando as salvaguardas para todas as atividades nucleares realizadas em seus respectivos territórios (MRE, 1991).

Para que fossem implementadas as salvaguardas, o artigo 6º do acordo apontava que

- a) Na aplicação de salvaguardas em conformidade com o presente Acordo, serão plenamente considerados os progressos tecnológicos na esfera das salvaguardas e envidados todos os esforços para obter uma relação custo-eficácia ótima e a aplicação do princípio de salvaguardar, de modo eficaz, o fluxo de materiais nucleares

submetidos a salvaguardas em virtude do presente Acordo, mediante o emprego de instrumentos e outras técnicas em determinados pontos estratégicos, na medida em que a tecnologia atual ou futura o permita.

b) A fim de obter-se uma relação custo-eficácia ótima, serão utilizados, por exemplo, meios como: i) contenção e vigilância como meio de delimitar as áreas de balanço de material para efeitos de contabilidade e controle; ii) técnicas estatísticas e amostragem aleatória para avaliar o fluxo de materiais nucleares; e iii) concentração dos procedimentos de verificação nas fases do ciclo de combustível nuclear que envolvam a produção, tratamento, utilização ou armazenamento de materiais nucleares a partir dos quais se possam fabricar facilmente armas nucleares ou outros dispositivos nucleares explosivos, e redução ao mínimo dos procedimentos de verificação dos demais materiais nucleares, contanto que não seja prejudicada a execução do presente Acordo (MRE, 1991).

Nessa lente, ilustra-se a aproximação brasileiro-argentina no combate à proliferação nuclear, marcando mais um episódio em que ambos os Estados deixam seus atritos de lado e buscam cada vez mais tecer laços para a cooperação. Além disso, também ficam evidentes os esforços dos países em manter a paz e a segurança na região, em consonância com os princípios da AIEA, que tem trabalhado, há muito tempo, no desenvolvimento de usos seguros e pacíficos da tecnologia e ciência nuclear, seguindo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) prescritos pela ONU.

Em síntese, o mandato de Fernando Collor marcou a passagem da MPE brasileira com aproximação aos Estados Unidos, pois aspectos como as pressões da potência para que os países da América Latina abrissem suas economias aos moldes do neoliberalismo, eram destaques para que estes se alinhassem à potência. Adicionalmente, como mencionado, o fato de o Brasil ter aceitado a inclusão dos novos temas nas negociações, muito devido à sua alta dependência econômica, revelou uma posição de proximidade à política externa dos EUA. Nesse sentido, a política externa brasileira é traçada pela modernização da inserção internacional do Brasil, com as reformas internas para reformulação das formas de negociar no plano comercial, e pelo alinhamento aos EUA, pois o objetivo de Collor era ser reconhecido pelos países de primeiro-mundo no âmago do comércio.

Não obstante, os empreendimentos do presidente não atingiram benefícios no campo comercial do Brasil, pois como aponta Pecequillo (2008, p. 90), esses atos geraram o esquecimento das discussões de temas importantes para o país, como negociações agrícolas. Também, vale frisar que, no que toca à integração regional, Collor buscou alinhar-se à Iniciativa para as Américas (IA), com o objetivo de reafirmar o continente americano como um espaço de interesses preferenciais, distanciando-se do expansionismo dos poderes europeus e asiáticos. Portanto, torna-se visível que a IA se deu como uma espécie de reação à perda de espaço dos EUA e a crise econômica da América Latina, o que deixou claro o alinhamento brasileiro às decisões dos Estados Unidos.

### 3.3 Democratização na Coreia do Sul: lente analítica internacional dos governos de Roh Tae Woo e Kim Young Sam

No caso particular da Coreia do Sul, observa-se que o processo de liberalização econômica passou a acontecer com mais intensidade a partir da década de 1980 (HAMILTON; KIM, 1993, p. 116). Entretanto, como aponta Moran (1996, p. 483), o evento econômico como aconteceu na Coreia do Sul não fez surgir efeitos benéficos para o país, pois tendo em vista que foi acompanhado de um alto controle do trabalho por parte das elites e do Estado, acabou por gerar consequências não democráticas para o país.

A respeito do processo de redemocratização da Coreia do Sul, vale ressaltar que esta foi implementada a partir da criação de uma declaração criada por Roh Tae Woo em 1987, que reclamava eleições diretas no país, tendo sido acatada no mesmo ano, culminando em sua vitória no ano seguinte (HAMILTON; KIM, 1993, p. 116, p. 119). A partir disso, o país passou a experimentar, de fato, o processo de liberalização em sua economia com a participação de outros grupos da sociedade após longos anos de regime militar de Chun Doo Hwan.

Apesar de ter estimulado o processo de liberalização, o governo de Roh e os *chaebol* não ofereceram suporte necessário ao desenvolvimento dos setores da agricultura e dos grupos de negócios, o que acabou prejudicando a participação econômica destes. Logo, fica claro que o seu mandato, apesar de apresentar feitos importantes para a democratização, como o estreitamento das relações com a Coreia do Norte (YOON, 1999, p. 52), dificultou a participação desses grupos na economia e não logrou resolver, em sua totalidade, as dificuldades que o país já enfrentava, como a desigualdade e o desemprego.

Outrossim, em 1991, foi elaborado o Acordo para Reconciliação, Não-agressão e Cooperação entre o Norte e o Sul. No mesmo momento, os Estados Unidos e a Coreia do Sul reforçaram o seu Acordo de Segurança Mútua (da sigla em inglês: MSA), o que criou um clima de instabilidade na região, pois tal acordo previa a continuidade das tropas militares norte-americanas no território sul-coreano. Essa iniciativa criou divisões entre o Norte e o Sul, haja vista que a ênfase passou a ser redirecionada à questão nuclear da Coreia do Norte no cerne da inspeção nuclear pela AIEA no país. Com reação a tais ações, a parte norte da Coreia expandiu seu programa nuclear como forma de garantir a sua soberania e independência (PECEQUILO, 2013, p. 79).

Posteriormente, os EUA ratificaram um acordo com a Coreia do Norte que vaticinava a suspensão das bases nucleares em troca de instalações que produzissem apenas energia no

território. Em troca, seriam fornecidas ajudas humanitárias, como alimentos e energia, à Coreia do Norte. Apesar disso, o acordo passou a sofrer crises no decorrer dos anos devido à falta de compromisso norte-coreano em cessar as atividades nucleares na região (PECEQUILO, 2013, p. 80).

Acerca do fator legitimidade, no plano doméstico, a Coreia do Sul entre 1987-1988 esteve marcada principalmente por sua posição no comércio mundial e nas olimpíadas de Seoul (GURTOV, 1996, p. 9). Enquanto isso, no plano externo, ampliou relações diplomáticas com a Rússia em 1990 e, em 1992, com a China e outros países. Este ato, conforme aponta Yoon (1999, p. 56), já vinha sendo pensado após Roh Tae Woo criar a política para o Norte regional, pois seu objetivo central era estabilizar as relações com estes países.

Também, nesse ínterim, é imprescindível analisar a questão da implosão de greves trabalhistas, a partir da reivindicação de grupos sociais por aumentos salariais e pela organização em uniões laborais. No segundo semestre de 1987, compreendido pela Declaração para a Democracia de Roh Tae Woo, cerca de 3.749 manifestações permearam Seoul, abarcando a marca de 1 milhão e 26 mil participantes (LEE et al, 2012, p. 9-10).

Como forma de conter as pressões desses grupos, Roh Tae Woo sancionou uma lei de salário-mínimo, bem como implementou um programa nacional de pensão para trabalhadores do setor privado. *Ipso facto*, observa-se uma maior atenção à distribuição adequada de renda e a problemas relacionados à pobreza no país que, ainda que incipientes, demonstraram um progresso do pluralismo democrático na política externa sul-coreana.

No mandato de Kim Young Sam, o âmbito doméstico centrou-se nas promessas de reforma política de combate à corrupção, de competitividade internacional e de uma maior abertura econômica do presidente. No ano de 1995, o presidente assinou três acordos que promoviam o investimento e a sustentabilidade na área do Rio Tumen com mais 4 países, sendo estes: a Coreia do Norte, a Federação Russa, a China e a Mongólia (GURTOV, 1996, p. 15-16).

No tocante às uniões trabalhistas e organizações civis, estas ganharam cada vez mais autonomia no governo de Kim. Neste sentido, é estabelecida uma aliança entre grupos domésticos com processos que concernem à política externa sul-coreana (SAXER, 2013, p. 183-184).

Em relação às posições com a Coreia do Norte, o presidente acabou por manter-se apoiado nos esforços dos Estados Unidos em conter a Coreia do Norte por meio de sanções, além de que insistiu para que a AIEA inspecionasse o vizinho do Norte para verificar a presença de armas nucleares na região (GURTOV, 1996, p. 17). Tais posições foram alvo de

críticas para os partidos democráticos, que afirmaram que Kim Young Sam estava permitindo os EUA ditarem a política externa sul-coreana e que isso estava afetando o processo de apaziguamento entre a Coreia do Sul e a Coreia do Norte. Neste sentido, tem-se que a política externa de Kim Young Sam permaneceu significativamente dependente das políticas das potências, neste caso, os Estados Unidos, embora tenha buscado reduzir a importância do eixo bilateral com o *hegemon*.

#### **4 ESTUDO COMPARADO DAS POLÍTICAS EXTERNAS DOS CASOS: REDIRECIONAMENTO OU CONTINUIDADE?**

Esta seção dedica-se a apresentar uma análise de ambos os casos no período da redemocratização, bem como observá-los pela lente dos conceitos que abordam os determinantes das mudanças e/ou continuidade na política externa dos Estados, pois a tarefa primordial aqui é compreender o que provocou essas rupturas, além de entender como e se aconteceram e a participação dos atores no processo. É importante lembrar que, neste trabalho, os autores que pesquisam nessas esferas são Saraiva (2003), Hurrell (2003) e Niklasson (2006). Os primeiros buscam relacionar regime político e política externa, pois entender esse vínculo permite compreender as mudanças de regime e suas implicações para a MPE do Brasil e da Coreia do Sul, tarefa realizada por Niklasson, que destacou uma gama de fatores que objetiva explicar as condições que levam à mudança ou continuidade.

Além disso, para a realização da análise, vale dizer que essa seção resgatou a base metodológica em torno do método da concordância de Mill e da análise histórico-comparativa. Nesse sentido, foi possível identificar as causas e as condições para o fenômeno de mudança, além da semelhança que o Brasil e a Coreia do Sul possuíram em relação à abertura de uma janela política.

Dessa forma, foram analisados os governos dos países, sendo levantados os comportamentos e iniciativas dos presidentes nos períodos, incentivando a interpretação, a partir das leituras dos pesquisadores na área, dos nexos entre redemocratização e abertura econômica na política externa de ambos os Estados. A partir disso, também foi possível identificar os promotores e estabilizadores das mudanças, fatores munidos de expectativas para a sua apresentação nesta pesquisa.

##### **4.1 Brasil**

No governo de José Sarney, há uma postura do presidente com interesse em decisões comerciais e, em termos de política externa, mais inclinada à Formação Profissional e ao Planalto. Apesar disso, o MRE, como já mencionado, teve participação crucial ao procurar evitar que houvesse uma crescente onda de temas na Rodada Uruguai. No entanto, não foi o suficiente para evitar que o presidente continuasse a defender a pluralidade de novos temas e outras questões tradicionais devido à enorme pressão dos EUA. Este cenário só passou a ser

alterado no governo Collor, que mais tarde retirou a lista de produtos vetados à importação e instaurou suas medidas para a liberalização econômica (SPOSITO, 2013, p. 167-168).

Em relação à proximidade com os Estados Unidos, observou-se uma prioridade das relações regionais em detrimento das relações com os EUA, fortalecendo uma política externa pela autonomia no desenvolvimento nacional. Nesse sentido, o Projeto Calha Norte (PCN) e o Programa Nossa Natureza (PNN) fizeram parte da agenda ambiental do governo Sarney, enfatizando a preocupação com a soberania e a importância dos recursos naturais presentes na Amazônia (PRADO; MIYAMOTO, 2010, p. 78).

Além disso, ilustrando o fomento à integração regional e os atritos com os Estados Unidos, o Brasil incentivou a criação do Grupo do Rio com a Argentina, Colômbia, México, Panamá, Peru, Venezuela e Uruguai. O objetivo principal para a criação do grupo era promover o interesse comum dos Estados latino-americanos e do Caribe num contexto de uma crescente integração da América Latina (CELAC, 2023).

Tendo em vista que o Grupo Rio substituiu o Grupo de Contadora, tinha também o objetivo de questionar as políticas intervencionistas de Washington para sanar o problema da dívida externa dos Estados latino-americanos, bem como as medidas coercitivas para imposição das vontades dos Estados Unidos na seara multilateral das negociações do GATT (CELAC, 2023).

Outro ponto de enfoque de José Sarney para sua política externa foi fortalecer a segurança nacional. Neste prisma, possibilitou a criação da Zona de Paz e de Cooperação no Atlântico Sul (ZOPACAS) junto à Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), cujo intuito era estimular uma maior cooperação regional para o desenvolvimento econômico e social, a proteção do meio ambiente, a conservação dos recursos vivos e não vivos e a segurança da região (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2014).

No governo Collor, com a interferência do presidente nos assuntos de negociação, setores administrativos do Itamaraty foram reformados. Entretanto, a autonomia da instituição diante da sociedade civil evitou que impactos maiores das mudanças causassem rupturas na posição brasileira frente às negociações naquele período (CASTELAN, 2010, p. 576). Em síntese, essas reformas conferiram uma redução do protagonismo do Itamaraty, já que centralizou o processo decisório nas mãos do presidente, tendo sido importante nas indicações de ministros mais adeptos à modernização e aproximação com o Primeiro Mundo. Também, pouco a pouco essas iniciativas ganharam adesão pelos mais altos postos da burocracia ministerial, o que estimulou mais e mais o distanciamento de diplomatas *experts* em matérias econômicas na política externa (CASTELAN, 2010, p. 578-579). Soma-se o fato da

centralização das negociações da dívida externa e das relações econômicas internacionais no Ministério da Economia, chefiado por Zélia Cardoso.

Para a inserção do Brasil no sistema internacional, Collor realizou as reformas econômicas que julgou necessárias no âmbito doméstico, identificando-se como um ator capaz de levar a cabo o processo de modernização brasileira. Para mais e para tanto, necessitava “restabelecer a confiança dos investidores internacionais, obter melhores condições de crédito e aumentar a competitividade das empresas brasileiras na economia global” (SPOSITO, 2013, p. 131-132).

Apesar de seus esforços para resolver a crise econômica brasileira, evidencia-se, consoante ao capítulo 3 deste trabalho, um fracasso de Collor e de sua equipe econômica liderada pela ministra da fazenda Zélia Cardoso de Mello, em reduzir as taxas de inflação e a dívida externa brasileira. Isso o levou a substituí-la por outro ministro, denominado Marcílio Marques Moreira, com perfil mais ortodoxo, em busca de soluções mais eficientes para resolver o problema do financiamento da dívida (MATTOS, 2018, p. 13).

Em síntese, no Governo Sarney, evidencia-se um papel de extrema relevância do presidente e do núcleo que compõe o Palácio do Planalto, ou seja, há uma concentração de poder e participação no Executivo. Enquanto isso, no Governo Collor, inicialmente, identifica-se um importante papel do presidente e uma predominância do Ministério da Economia (ME), com destaque para o Executivo, que seguiu sendo o protagonista no processo decisório da PE.

## 4.2 Coreia do Sul

Antes de identificar a continuidade ou a MPE de Roh Tae Woo, além do grupo de atores envolvidos, é importante lançar um breve olhar para as questões que permeavam o período que precedia a redemocratização e que serviram de fermento para a iniciativa de dar fim ao autoritarismo no país. Fatores como restrições trabalhistas e uma economia fundamentalmente guiada pelo Estado no eixo do Quadro de Planejamento Econômico<sup>7</sup> (da sigla em inglês: EPB; do coreano: *Gyeongjeihoikwon*) marcavam as administrações autoritárias de Park Chung Hee e de Chun Doo Hwan (LEE, 2023, p. 183).

---

<sup>7</sup> O EPB era uma agência de planejamentos econômicos que facilitava a manutenção da economia sul-coreana voltada à exportação. Possuía controle de diversos recursos e conjunturas essenciais nos processos políticos, cujo intuito era trazer ministérios secundários para uma política em comum. Nesse sentido, o EPB, como uma agência econômica estratégica, fortalecia a coerência política e facilitava a mobilização de recursos pelo Estado, planejando uma política essencialmente dependente da exportação (KIM, 2012, p. 200).

No âmbito econômico, o Estado não viabilizava a influência de grupos como a FKI e a Federação dos Sindicatos Coreanos (na sigla em inglês: FKTU) no processo de elaboração da política externa. Como supracitado, o governo expandia incentivos aos *chaebol*, que não representavam os grupos de negócios na década de 1960, mas sim as elites de poder, a liderar a cadeia industrial química em torno do modelo de exportação (LIM; LEE, 2023, p. 334).

Portanto, percebe-se que os governos autoritários tinham um total controle dessas representações setoriais, colocando-as à margem do processo decisório. Conforme a sociedade e o mercado foram-se diversificando e tomando força na década de 1980, esse cenário passou a sofrer mudanças, pois as políticas centradas no Executivo foram enfraquecendo e já não conseguiam lidar com todos os problemas da sociedade (LEE, 2023, p. 184).

Nesse sentido, o papel do mercado e de grupos da sociedade civil acaba sendo fundamental para que se pensasse na mudança de regime da Coreia. Essa questão é ilustrada nas manifestações dos movimentos trabalhistas no país em 1987 para acabar com as restrições das Uniões Laborais, sendo o combustível para alimentar o clamor pela democracia, o que levou à Declaração constituída por Roh Tae Woo no mesmo ano.

Anteriormente, vale frisar que no fim do mandato de Chun Doo Hwan já havia iniciativas que revelavam traços para o processo de liberalização. Nesse eixo, havia sido traçado o *Fair Trade Act* em dezembro de 1986, que abrangia restrições redirecionadas à *holding*, à proibição de participações cruzadas e garantias de dívidas para filiais, bem como à redução da quantidade total de investimento e da designação de grupos de empresas de grande porte. Não obstante, essa política que supostamente servia para aumentar a competitividade sul-coreana não foi o suficiente para impedir o crescimento dos *chaebol* e sua alta concentração na economia da Coreia, além de que não foi um sucesso para aumentar a participação de pequenas e médias empresas no país (RHYU, 2023, p. 129).

No governo de Roh Tae Woo, percebe-se que há um grau mínimo de continuidade no que toca a regulamentos do poder dos *chaebol* na economia nacional, com o objetivo de ampliar a participação de outros grupos da sociedade na economia do país. Além disso, o fenômeno da redemocratização em seu governo acabou promovendo uma maior participação da sociedade civil no processo de elaboração da política externa, tendo crescido exponencialmente em áreas de cooperação e resolução de conflitos, bem como no campo da competitividade (LIM; LEE, 2023, p. 336).

Apesar de a mudança de regime ter conseguido estimular maior competitividade e interação na política externa do país, bem como uma maior pluralização de atores na

elaboração da política, o crescimento dos *chaebol* estendeu-se até a Crise Financeira Asiática<sup>8</sup> devido às políticas industriais e os subsídios dos governos autoritários terem sido os principais fatores para a sua alavanca. Isso fez com que Roh Tae Woo implementasse políticas objetivando a redução da centralização para ampliar a competitividade internacional da Coreia (RHYU, 2023, p. 128).

Ademais, como forma de ilustrar ainda mais essa mudança, Roh Tae Woo estreitou laços com países socialistas, principalmente com a Coreia do Norte, o que revelou a ruptura com a política de mandatos militares que visualizava o país vizinho como uma ameaça. Agrega-se a isso uma certa distância com a política externa dos EUA, onde buscou uma maior autonomia frente à potência (PARDO, 2023, p. 530).

No que diz respeito à participação de atores, houve um pluralismo democrático crescente a partir do redirecionamento, possibilitando o crescimento de grupos de interesse e um equilíbrio das relações de poder entre ministérios (LEE, 2023, p. 184). Também vale dizer que Roh Tae Woo, pelo seu histórico militar e atuação nos regimes autoritários, foi pressionado durante seu mandato pelos partidos da oposição da 13ª Assembleia Nacional na elaboração de suas políticas. Elas tiveram em diferentes momentos que passar pelo apoio e decisão da maioria dos assentos do parlamento, dependendo do apoio dos líderes da oposição denominados “os três Kims”: Kim Dae-Jung, Kim Young Sam e Kim Jong-pil. Portanto, pode-se dizer que em seu mandato, os assentos do parlamento não eram proporcionalmente distribuídos, o que servia de impasse para que suas políticas fossem essencialmente aprovadas (SOHN, 2023, p. 170).

Em termos de decisões econômicas, houve uma crescente centralização nas mãos dos *chaebol* em relação a outros grupos de pequenas e médias empresas da sociedade, embora tenha havido esforços para que fosse reduzida a sua preponderante presença. Somado a isso, houve as políticas por parte do presidente para regular a concentração dos *chaebol*, não tendo apresentado efeitos significativos, conforme evidenciado, pois a relação entre esses grupos e o governo tornou-se cada vez mais transparente com a redemocratização (RHYU, 2023, p. 132-133). Isso significa que os *chaebol* passaram a servir cada vez mais ao mercado e

---

<sup>8</sup> Somente os quatro maiores *chaebol* (Hyundai, Samsung, LG e Daewoo) representavam 9% do PIB no ano de 1995, apresentando um crescimento de aproximadamente 4% comparado a 1987. Enquanto isso, os trinta maiores conglomerados industriais constituíam 16% do PIB sul-coreano em 1995. Tendo em vista este fato, vale dizer que estes grupos, por diversificados que são, gozavam de alta concentração econômica na Coreia do Sul no governo de Roh Tae Woo, apresentando taxas altas de crescimento até 1995, período que precede a Crise (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 1998, p. 6-7).

deixaram pouco a pouco de aliar-se às elites de poder, como acontecia nos governos autoritários.

Enquanto isso, no início do mandato de Kim Young Sam, a *Segyehwa*, política voltada à inserção da Coreia do Sul no cenário global, surge. Ela tinha o propósito de diversificar as relações diplomáticas e comerciais da Coreia com o resto do mundo a partir da lógica da globalização, buscando reduzir cada vez mais a dependência do eixo bilateral EUA-Coreia (SAXER, 2013, p. 183).

A política de globalização possibilitou reconhecer a relevância da opinião pública, ao mesmo tempo que manteve um processo de cima para baixo (*top-down*), tendo o Estado como protagonista da política externa. Adicionalmente, o setor financeiro ascendeu com as iniciativas da política, e foi abraçado pelo governo com o intuito de garantir a membresia da OCDE, que era uma das metas do governo de Kim Young Sam (SAXER, 2013, p. 184).

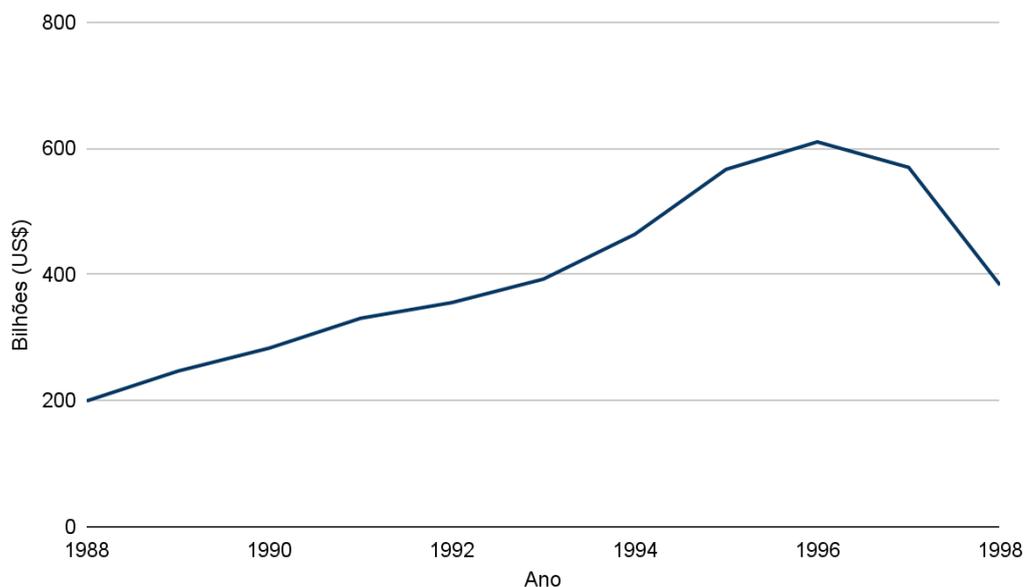
A ambição de Kim para o ingresso da Coreia do Sul à OCDE fez com que a oposição do partido União Democrata Liberal (da sigla em inglês: ULD) e do Congresso Nacional para Novas Políticas (da sigla em inglês: NCNP) se levantasse contra a iniciativa, vendo-a como prematura para o país, que não estava preparado para ser membro da organização, e nem para sofrer as consequências econômicas de uma abertura extensiva de mercado (SAXER, 2013, p. 184). Malgrado a oposição, Kim deu seguimento à política, e logrou, em dezembro de 1996, a entrada da Coreia do Sul na OCDE, marcando uma era de crescimento e desenvolvimento para o país (OCDE, 2017).

No que tange à participação dos *chaebol*, há uma luta constante de Kim contra esses atores para que fossem implementadas reformas, a fim de reduzir sua centralização, e aumentar a competitividade internacional do país. Além disso, a centralização econômica prejudicava o estabelecimento de metas de reformas do presidente para o país no eixo da *Segyehwa*, o que dificultava a pluralização. Esse acontecimento sofre uma interrupção a médio prazo, quando certas declarações do presidente pareciam estar mais favoráveis à presença dos *chaebol* como atores importantes para a política externa do país do que o oposto, tendo o MOTIE julgado desnecessárias as restrições para essas elites econômicas (GILLS, 1996, p. 672-687).

Entretanto, com a implosão da Crise Financeira Asiática em 1997, esse cenário novamente toma outra dimensão, no qual, em parte, os impactos negativos causados pela forte concentração dos *chaebol* na economia sul-coreana foram demonstrados. Nesse sentido, ocorre um retorno de urgência para que fossem implementadas as reformas institucionais necessárias para esses conglomerados industriais (RHYU, 2023, p. 129-130).

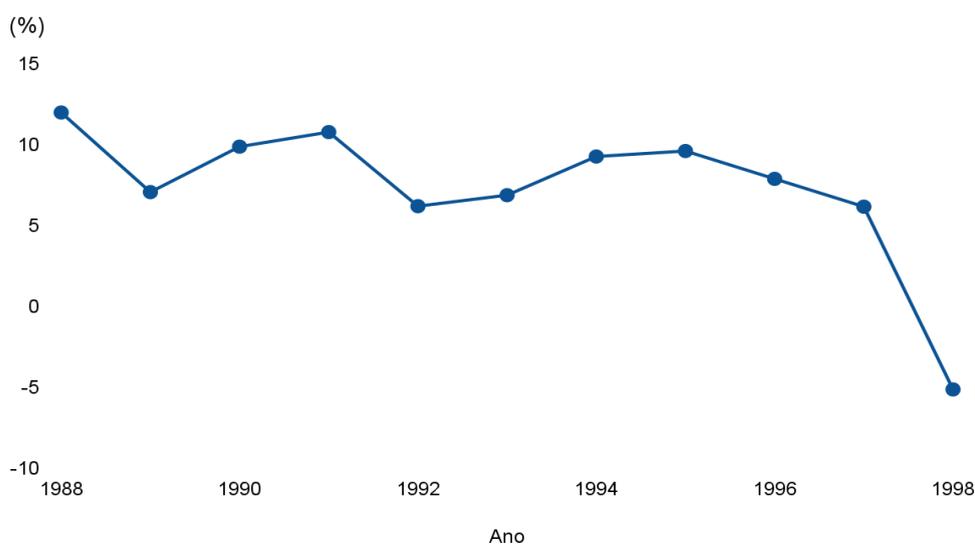
Tendo como corolário da crise, 19 dos 30 *chaebol* existentes à época foram liquidados. Além disso, esse fenômeno gerou uma queda de aproximadamente 5,13% no PIB nominal sul-coreano em 1998. Os gráficos 5 e 6 demonstram as quedas do PIB entre 1996 e 1998, com ampliação para os anos que precedem o período da Crise.

Gráfico 5 – PIB da Coreia do Sul em bilhões de dólares



Fonte: Banco Mundial.

Gráfico 6 – Variação anual do crescimento do PIB da Coreia do Sul em porcentagem



Fonte: Banco Mundial.

Observa-se, por esse lado, que a economia da Coreia do Sul foi duramente afetada pela crise, e os *chaebol* serviram de contribuidores parciais da tribulação econômica devido à sua participação ativa no cenário internacional, bem como sua forte concentração na economia sul-coreana. Também, sofreram os impactos com a liquidação de 19 empresas, deixando clara a vulnerável relação entre Estado e empresas, alimentada pelo avanço do modelo neoliberal na região.

À guisa de arremate, a política externa da Coreia de Roh Tae Woo passou por um redirecionamento quando comparada a dos governos autoritários, estando marcada por um distanciamento da política externa dos Estados Unidos a partir do foco na normalização das relações com a Coreia do Norte e outros países socialistas. Também, foi notório que grupos de interesse e representações setoriais passaram a gozar de um maior espaço de influência na arena da elaboração de políticas. Não obstante, vale ressaltar que o processo decisório era centralizado no Chefe de Estado, pois mesmo que suas decisões devessem ter o apoio da 13ª Assembleia Nacional devido à desproporcionalidade de assentos, o exemplo da *Nordpolitik* é uma evidência de que o presidente tomou uma decisão sem necessariamente consultar a Assembleia Nacional, além de não ter levado em consideração a opinião pública (SAXER, 1998, p. 183).

Por último, no governo de Kim Young Sam, há o reconhecimento da autonomia das uniões trabalhistas, além de um esforço contínuo para reformar os *chaebol*. Tem-se também que um avanço da liberalização econômica por parte das políticas implementadas por Kim, no seio da globalização, reflete uma maior participação de setores da sociedade civil, que passaram por um crescimento percentual de 23,7% entre 1992 e 1996. A tabela 3 demonstra uma perspectiva ampla do crescimento de grupos da sociedade civil na Coreia do Sul.

Tabela 3 – Organizações civis e porcentagem de crescimento (1987-1996)

<b>Crescimento percentual das organizações civis</b>			
<b>Período</b>	<b>1987-1989</b>	<b>1990-1992</b>	<b>1992-1996</b>
<b>Porcentagem</b>	14,4	17,7	23,7

Fonte: LIM; LEE, 2023, p. 335.

No âmbito político, o que se observa na Coreia do Sul, em síntese, é um cenário onde há uma centralização de poder por parte das instituições do Executivo, pela qual as elites políticas, econômicas e militares predominam. Isso resultaria no enfraquecimento da

autonomia de governos locais diante das elites e do governo central, que possuem poder decisório de última instância, contribuindo para uma diversificação reduzida em matérias de política externa.

### **4.3 Relação entre Regime Político e Política Externa no Brasil e na Coreia do Sul**

Ao longo deste trabalho, foi discutido que, para entender o nexos regime político e política externa, é necessário levar em consideração os padrões organizacionais, tais como estruturas do Estado (burocracias), por exemplo, além das identidades políticas, os sistemas partidários, as elites internacionais etc. Também, como traçado nas definições de Hurrell (2003), regimes em processo de democratização raramente consideram a guerra e o uso da força nas relações cooperativas, o que fica evidente nos casos da cooperação bilateral entre Brasil e Argentina, bem como no caso da Coreia do Sul em harmonia com países socialistas, mormente a Coreia do Norte na década de 1980.

O que mais importa neste capítulo, à vista do que foi mencionado anteriormente, é o que de fato levou às mudanças. A hipótese aqui parte da ideia de que a transição de regime, no contexto da superação do autoritarismo, levou a mudanças no modelo de desenvolvimento do Brasil e da Coreia do Sul, além de estimular um redirecionamento da política externa. Somado a isso, observa-se uma intensificação pela abertura política e liberalização econômica em decorrência de um dos acontecimentos internacionais em comum: a globalização. Neste sentido, o fenômeno adentra as estruturas domésticas dos Estados e passa a gerar uma maior cobrança no tocante à pluralidade de atores no processo decisório da política externa.

Para entender melhor essas mudanças e como elas ocorrem, as próximas seções estiveram ligadas diretamente a análise da literatura entre a conceituação de mudanças de regime e de política externa e dos casos em jogo (Brasil e Coreia do Sul). Por essa lógica, pôde-se visualizar qual a similaridade a ser encontrada na VI (a MPE) entre os casos, a partir da metodologia de Mill. A partir disso, como forma de enrijecer o estudo, este trabalho valeu-se do método histórico-comparativo para a identificação das condições presentes na comparação entre os casos, pois julgou-se insuficiente a análise pelas variáveis do método da concordância de Mill.

O objetivo aqui, mais uma vez, perfeitou-se em responder às seguintes questões: quais as condições e os fatores que promoveram a mudança ou continuidade na política externa? Qual a semelhança entre os casos sob a perspectiva de mudança? É por esse eixo que as próximas

seções giraram em torno para uma compreensão mais aprofundada de eventos na análise de MPE.

#### 4.3.1 Padrões de mudança e continuidade nas políticas externas de José Sarney e Fernando Collor

No mandato de José Sarney, percebe-se então, inicialmente, um padrão de continuidade com os governos militares em relação à posição do Brasil no plano internacional. Sua política externa foi voltada à ideia de autonomia pela distância. Para Vigevani e Cepaluni (2009), isso significa um desenvolvimento do país pelo mercado, isto é, uma economia sem intervencionismo estatal. Não obstante, as condições doméstica e internacional pressionaram-no a reinventar-se e a elaborar novas estratégias diante das pressões internacionais e da frágil situação econômica que assolava o Brasil, ao passo que objetivava ampliar a atuação brasileira no cenário internacional, o que implicou numa MPE inclinada à autonomia pela participação nos anos finais de seu mandato.

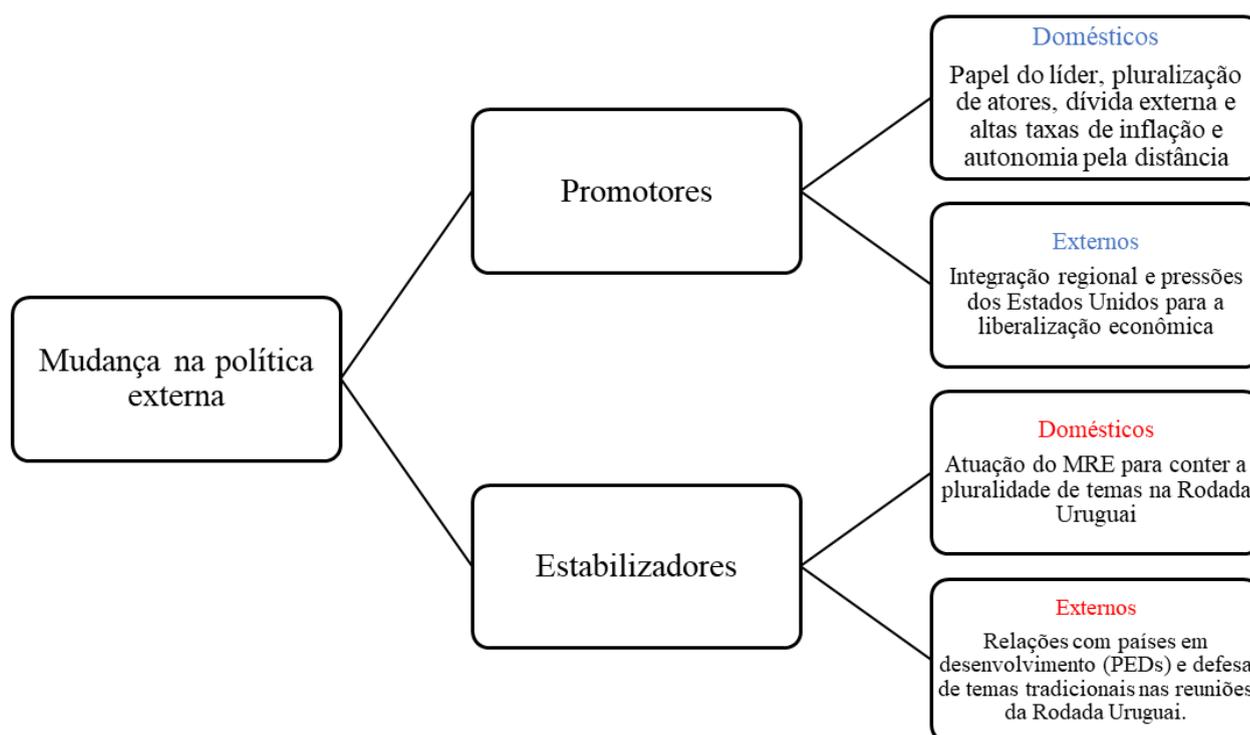
Nessa lógica, infere-se que a pressão internacional para a abertura econômica acabou sendo uma condição do tipo *Suin* para que Sarney mudasse sua política externa e traçasse rupturas com as políticas advindas dos governos militares. Concomitantemente, tendo em vista que este manteve sua autonomia na condução da política externa ao adotar uma maior liberalização econômica pela eliminação de barreiras não-tarifárias, tem-se que a transição democrática *per se* foi uma causa necessária para explicar o redirecionamento da política externa brasileira, pois usualmente regimes em democratização tendem a romper com as políticas desenhadas nos governos autoritários. Dentro desse fator, há várias condições *Suin* que constituem a causa necessária para a MPE, tais como a pluralização de atores, as eleições diretas, ampliação dos diálogos ministeriais etc. Na inexistência desses fatores, portanto, não parece factível a ocorrência do redirecionamento observado na PEB.

Além disso, debruçando-se nos conceitos de Niklasson, as estratégias utilizadas por Sarney para manter a estabilidade de seu governo estiveram mais atreladas à performance e à coerção, haja vista que o presidente enfatizou continuidade de uma política externa mais autônoma ao adotar a autonomia pela participação, além de ter calculado os custos que teria caso não houvesse adotado medidas cada vez mais liberais no comércio, pois o oposto geraria uma queda no desempenho comercial brasileiro. Nesse sentido, a política externa de José Sarney careceu do fator legitimidade, pois a população não confiava em seu mandato, tendo em vista que ele já havia sido integrante da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido

oficial do regime militar brasileiro de 1964 a 1985 (SARNEY, 1986, p. 105-106 apud VIGEVANI; CEPALUNI, 2016, p. 41). Somado a isso, tem-se o fato de que herdou o cargo de presidente após a morte de Tancredo Neves, que alimentou cada vez mais o sentimento de desconfiança por parte da população brasileira.

No aprofundamento da análise, fez-se necessária a apresentação de uma hierarquia com a divisão dos promotores e estabilizadores da MPE conceituados por Niklasson. Nesse eixo, foi aferido acuradamente cada fator que contribuiu para que José Sarney redirecionasse a sua política externa, levando em consideração somente os promotores e estabilizadores domésticos e externos. A seguir, a figura 1 introduz a fragmentação dos conceitos abordados por Niklasson.

Figura 1 – Organograma dos promotores e estabilizadores da MPE brasileira de José Sarney



**Fonte: elaborado pelo autor com base na revisão literária apresentada.**

Em razão dos fatos apresentados, pôde-se perceber que, no que toca aos promotores, o papel de José Sarney no âmbito doméstico foi crucial para a MPE, mas com ressalvas. Dado que nos anos iniciais de sua administração houve uma certa continuidade com a política externa, prevista no embate contra os Estados Unidos na Rodada Uruguai, bem como na manutenção das relações com países em desenvolvimento, conclui-se que se não fora a

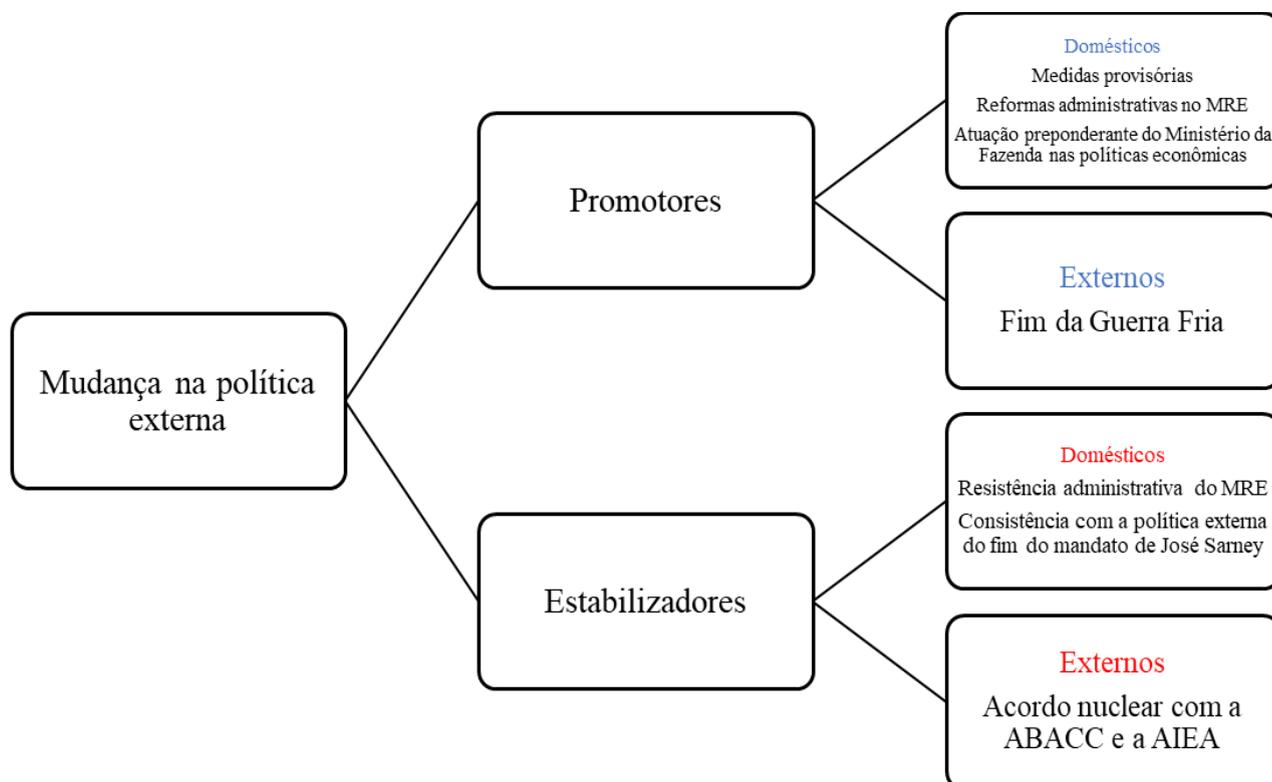
pressão dos EUA para a abertura econômica brasileira, hipoteticamente não teria havido uma mudança tão rápida na PEB nos anos finais do governo Sarney. Aqui torna-se predominante o argumento de que o avanço do neoliberalismo pelos EUA, somado com o fenômeno da globalização, promoveram uma maior pluralidade de atores, além de terem possibilitado uma mudança no modelo de desenvolvimento, com ruptura ao antigo padrão atrelado à ISI e seus planos econômicos falhos para resolver a problemática econômica.

Por último, aos estabilizadores, fatores contrários à MPE, estes não foram suficientes para conter a mudança, pois acabaram sendo freados pela forte capacidade do presidente em controlar as interações que ocorrem no processo de elaboração da política. Nesse sentido, o papel do líder, sob o discurso de solucionar o problema da dívida externa e das altas taxas inflacionárias, acaba cedendo às pressões do sistema internacional e acatando os ditames do Consenso de Washington.

Em referência ao governo de Collor, conforme foi apontado, seus objetivos centravam-se em aprimorar a cooperação brasileira com outros Estados, e aproximar o Brasil cada vez mais das potências econômicas. Nessa lente, seu discurso passou a estar permeado pela ideia de modernização e inseriu-se num contexto definitivo de redirecionamento da política externa, com o estreitamento de laços com os Estados Unidos, além de uma maior presença do exercício de uma diplomacia presidencial. Soma-se a isso a atuação do Ministério da Economia (ME) nos esforços para conter a crise econômica brasileira, que advogou uma ruptura com a política externa dos governos militares pela participação de atores, abrangendo uma centralização de assuntos da esfera econômica nas mãos do ME (SPOSITO, 2013, p. 145).

Nessa esteira, argumenta-se, então, que o papel de Collor para uma política externa voltada à aproximação com os EUA e outros países de primeiro mundo, bem como o avanço do neoliberalismo e a pressão sobre os Estados para a abertura comercial constituem-se como elementos *Inus* dentro da mudança de regime, que é uma causa necessária para explicar a redefinição da política externa em seu governo. Para elucidar ainda mais esse caráter definitivo de MPE brasileira, a figura 2 classificou os promotores da mudança e os estabilizadores (impeditivos) desta no governo Collor, a fim de demonstrar essa dinâmica interativa dos atores no processo de formulação da política.

Figura 2 – Organograma dos promotores e estabilizadores da MPE brasileira de Fernando Collor



**Fonte: elaborado pelo autor com base na revisão literária apresentada.**

Há de perceber-se, então, um conjunto de fatores que levaram à mudança e/ou a impediram. Dos promotores, as medidas provisórias de Collor para realizar as reformas econômicas, sob a lógica da privatização de entidades públicas, além das reformas administrativas do presidente no MRE ilustraram um esforço constante para demonstrar o exercício dos ditames neoliberais do Consenso de Washington por parte do Brasil, com as pretensões de fazer com que o país fosse reconhecido como um dos protagonistas na interação internacional. Na amplificação desse fator, o fim da Guerra Fria e a dissolução da URSS, estes como um promotor externo, representou ainda mais essa vontade espontânea de Fernando Collor para a modernização do Estado brasileiro e seu reconhecimento internacional.

Dos estabilizadores, há uma tentativa por parte do Itamaraty de evitar consequências maiores das reformas administrativas de Collor, aproveitando sua autonomia frente às organizações civis. Somado a isso, o acordo com a ABACC e a AIEA também pode ser considerado um estabilizador da mudança, pois José Sarney já vinha desenvolvendo esse tipo de diálogo político com a Argentina por meio da integração regional.

Malgrado esses acontecimentos, as reformas reduziram o protagonismo do MRE na PE, passando este a acatar a ideia de “modernização” brasileira do presidente, levando à ruptura. Além disso, a continuidade com o acordo nuclear com as instituições supracitadas não foi suficiente para impedir a mudança, haja vista que as reformas econômicas e o alinhamento com potências econômicas no Governo Collor serviram de causas necessárias para a ruptura com a PE de mandatos anteriores.

#### 4.3.2 Paradigmas de mudança e continuidade das políticas externas de Roh Tae Woo e Kim Young Sam

Antes de analisar a MPE de Roh Tae Woo, é imprescindível retomar os principais acontecimentos de seu mandato. Nesta linha de raciocínio, a *Nordpolitik*, tendo sido a matriz da janela política de Roh, buscou o alinhamento à Coreia do Norte com foco na reconciliação e pacificação regionais. Isso revela inicialmente um traço de ruptura com a política externa de administrações autoritárias, que era permeada pela visão da Coreia do Norte como um inimigo potencial, característica do período da Guerra das Coreias.

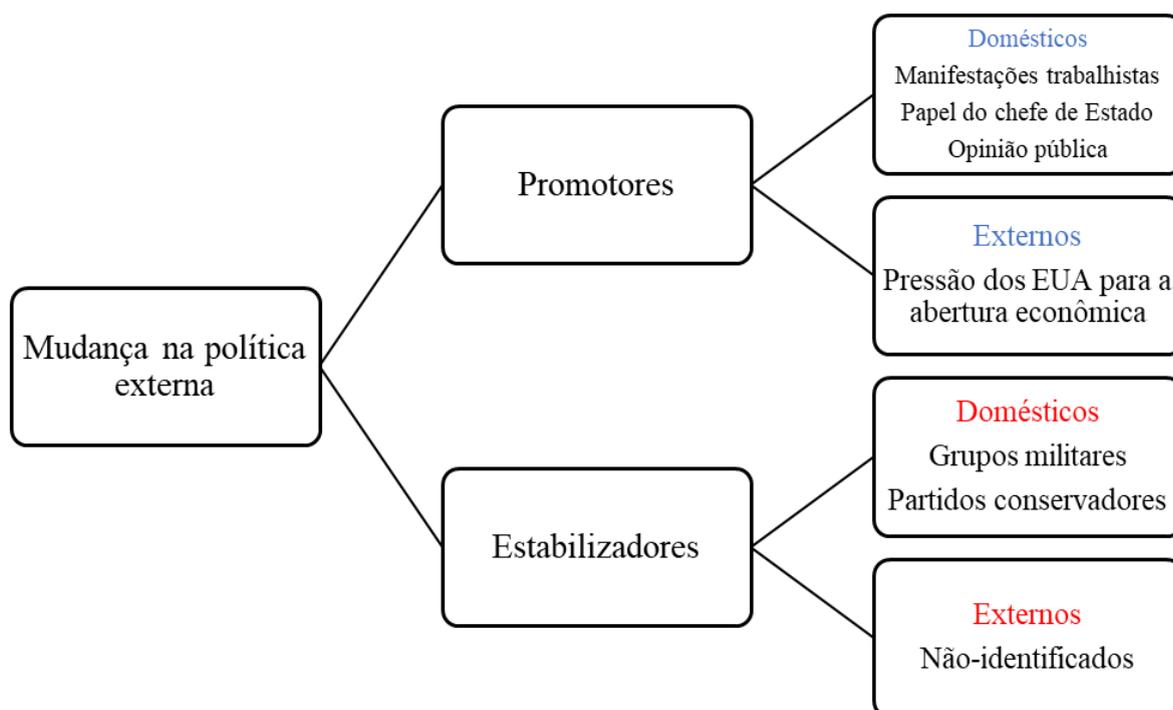
Esse argumento de mudança foi reforçado quando o presidente estreitou relações com países socialistas, tendo uma posição de distanciamento com os Estados Unidos nessa esfera. Mitiga-se aqui a dependência dos EUA e consolida-se uma política externa autônoma nos moldes da *Nordpolitik*. Não obstante, tem-se também uma abertura política relativamente tímida, com uma pluralização democrática ainda submissa ao governo e iniciativas para reformas institucionais dos *chaebol*, dada a sua centralização econômica, o que indica um estabilizador da mudança.

Além disso, as manifestações trabalhistas e os movimentos estudantis foram o impulsionador para que se estabelecesse a passagem do autoritarismo para a democracia. Tem-se como argumento, então, que esse cenário de mudança de regime político também serviu para sustentar uma ruptura com a PE dos governos autoritários na Coreia do Sul.

Nesse sentido, compreende-se, primeiramente, o papel do líder como uma condição *Suin* para levar a cabo o redirecionamento da janela política sul-coreana, além das manifestações de grupos domésticos trabalhistas terem contribuído para essa mudança e a opinião pública ter favorecido o encaminhamento da *Nordpolitik* e a superação da visão da Coreia do Norte como uma ameaça. Vale dizer, então, que esses elementos fazem parte do que se denomina causa necessária para a MPE, que é o regime de transição democrática.

A figura 3 demonstra expressamente os promotores e os estabilizadores da mudança no mandato de Roh Tae Woo. Isso serviu para abranger uma perspectiva mais ampla dos atores envolvidos na promoção e/ou estabilização da mudança.

Figura 3 – Organograma dos promotores e estabilizadores da MPE sul-coreana de Roh Tae Woo



Fonte: elaborado pelo autor com base na revisão literária apresentada.

Observa-se então, que as uniões trabalhistas (não em sua forma autônoma), o papel do líder para levar a cabo uma abordagem de política externa voltada ao estreitamento de laços com países socialistas e a opinião pública para incentivar a alternativa do presidente constituíram-se como promotores domésticos dessa ruptura com o autoritarismo. Enquanto isso, a pressão dos Estados Unidos foi, de maneira geral, um promotor externo de extrema importância, pois houve incentivos, pelo espraiamento do ideário neoliberal, para que a Coreia do Sul adotasse um modelo econômico mais liberal, e não somente voltado à exportação. O aumento no número de importação de países socialistas constatado na tabela 2 deste trabalho também é reflexo dessa pressão dos Estados Unidos para a abertura de mercado.

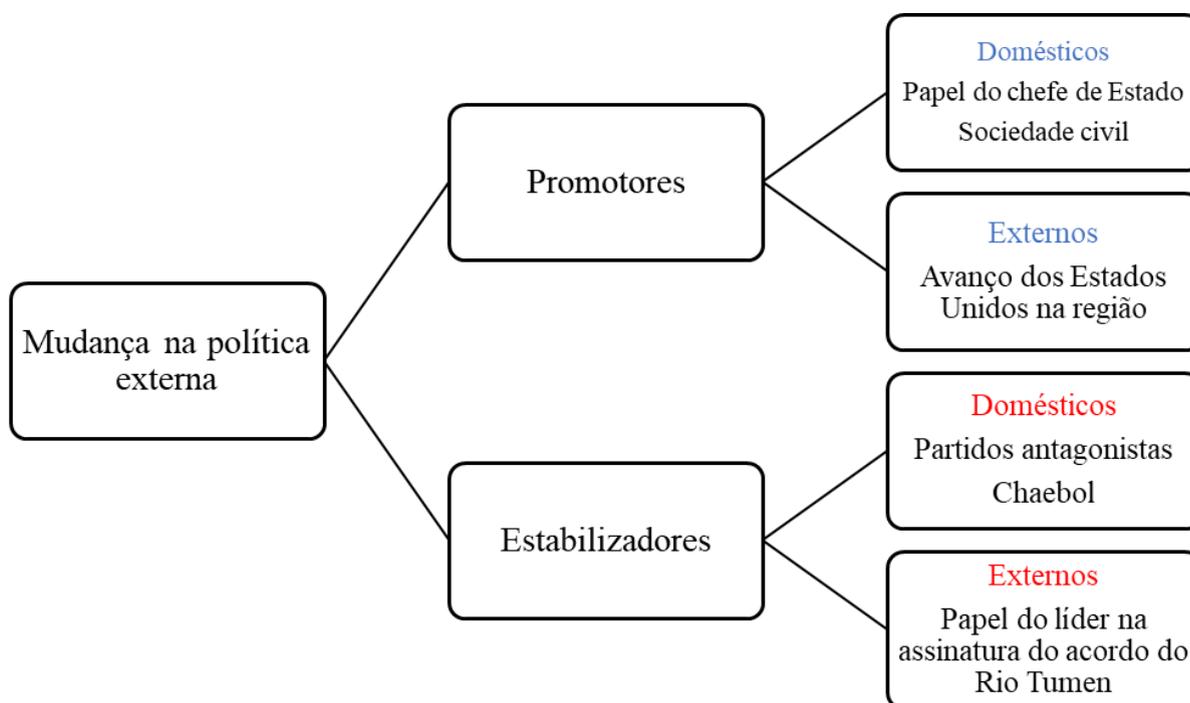
Em relação aos estabilizadores, houve o antagonismo dos grupos militares e dos partidos conservadores quanto à política para o Norte. Não obstante, acabou cedendo à atuação da política pela pressão da opinião pública. Ademais, não foram identificados estabilizadores externos necessários para a mudança, logo, é seguro afirmar que, de maneira geral, houve mais indicativos para a MPE do que impeditivos.

Acerca da administração de Kim Young Sam, os objetivos do presidente eram inserir a Coreia na competitividade internacional, conforme mencionado na seção 3.3 deste trabalho, além de liberalizar cada vez mais a economia sul-coreana, tendo passado a ter forte alinhamento com os Estados Unidos nesse sentido, ilustrado pela ingressão do país à OCDE. Ainda no seu governo, houve uma ampliação da janela política com a crescente autonomia das uniões trabalhistas e de diversos grupos da sociedade, possibilitando um aumento da participação democrática desses atores. Também, há um esforço contínuo para implementar as reformas necessárias para reduzir a centralização dos *chaebol* na economia para, assim, diversificá-la.

Deduziu-se, então, que a iniciativa de Kim Young Sam foi essencial para a MPE a partir de sua diligência em ingressar a Coreia no âmbito internacional. Para isso, fez as reformas necessárias no plano interno para garantir o poder de barganha do país perante outros países, como o engajamento nos reajustes institucionais dos *chaebol* para garantir um aumento da competitividade internacional. Parece verídico determinar, então, a presença do papel do líder e o fortalecimento de laços com os EUA no eixo do liberalismo econômico, que possibilitou o crescimento de organizações civis e a autonomia das uniões trabalhistas para alimentar a noção da ruptura, como as condições *Suin* da mudança de regime.

No que diz respeito aos promotores e estabilizadores, concluiu-se uma maior concentração de fatores que induziram à mudança e uma menor presença de impeditivos para o redirecionamento. A figura 4 demonstrou essa consideração com base na análise da administração de Kim.

Figura 4 – Organograma dos promotores e estabilizadores da MPE sul-coreana de Kim Young Sam



Fonte: elaborado pelo autor com base na revisão literária apresentada.

Observa-se que os atores promotores da mudança estiveram munidos de maior consistência técnica. O papel de Kim Young Sam e seu esforço para inserir a Coreia do Sul na competitividade internacional, a partir da política de globalização, foi crucial para quebrar com a política externa anterior, que enfatizava uma proximidade com a Coreia do Norte. Aprofunda-se aqui o enrijecimento dos laços com os Estados Unidos, que anteriormente se viam afetados pela política de conexão com países socialistas.

No que toca aos estabilizadores, tem-se o sistema partidário como o ator a servir de impeditivo para o ingresso sul-coreano à OCDE, bem como os *chaebol*, que eram um impasse para as metas econômicas de Kim Young Sam de estimular a competitividade da Coreia. Soma-se a isso o papel do presidente no acordo do Rio Tumen, área fronteiriça com a Rússia e a China.

Estes estabilizadores não foram suficientes para bloquear a MPE. Primeiro, os partidos antagonistas à política não impediram a entrada da Coreia do Sul na OCDE, pois Kim Young Sam, com sua legitimidade governamental, apoiada no protagonismo do Executivo no processo de elaboração e decisão da política, pôde levar a cabo e logrou a entrada do país na organização. Segundo, embora os *chaebol* ainda tenham mantido uma centralização

econômica favorável aos seus conglomerados, a Crise Financeira Asiática foi um acontecimento que gerou necessidade para reformas em seu corpo institucional mais tarde. Por último, na cooperação em torno do Rio Tumen, Kim Young Sam abria incentivos para o desenvolvimento e a sustentabilidade na região, tendo apresentado uma pequena mudança no que toca às metas, que no governo de Roh Tae Woo giravam em torno da promoção do multilateralismo e do liberalismo econômico (CHOI, 1991, p. 30).

Por tais motivos, considera-se que em todos os mandatos aqui analisados, houve MPE a partir de elementos distintos que constituem a mudança de regime. Ainda assim, faz-se necessária a última seção para a discussão dessa temática com o intuito de identificar a similaridade entre o Brasil e a Coreia do Sul em relação à mudança de suas políticas externas. Sabe-se que nos governos de seus respectivos países, houve rupturas com padrões anteriores das PEs, mas não se sabe acuradamente a relação com a VI e no que os casos se assemelham em relação a esta última. Portanto, a última seção dedicou-se a responder a pergunta de partida, além de traçar a importância da análise comparativa para os estudos de PE nas RI bem como as limitações do trabalho - esperou-se abordar todos esses fatores nas considerações finais, além dos resultados da análise.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De aduzir-se, em conclusão, que este estudo procurou responder, ao longo de seus capítulos, à seguinte pergunta inicialmente destacada: Qual é a semelhança entre ambos os casos, no que diz respeito à mudança de regime, e como essa mudança influencia suas políticas externas? Verificou-se que a mudança de regime criou um ambiente propício para a abertura econômica nos Estados analisados. Além disso, notou-se que regimes em processo de democratização são mais propensos a seguir tendências de MPE, enquanto regimes democráticos estáveis passam por menos mudanças constantes. Portanto, a hipótese é de que a transição democrática resultou em uma maior abertura política e econômica, com o papel do líder sendo crucial nesse processo e, portanto, uma condição necessária.

No contexto brasileiro, é pertinente ressaltar que, a princípio, a transição internacional desempenhou um papel significativo ao instigar mudanças nos padrões legados pelo autoritarismo, notadamente no que concerne ao modelo econômico orientado para a exportação. Apesar disso, sustenta-se que o papel do líder foi fundamental ao reconhecer a ausência de poder de barganha naquela conjuntura, sendo essencial para a abertura do comércio por meio da redução tarifária e da ampliação da variedade de produtos importados. Isso corroborou a alteração na política externa nos últimos anos de seu mandato. Além disso, no âmbito da integração regional, José Sarney adotou uma política de distensão, visando harmonizar as relações com países da América do Sul sob princípios democráticos, fomentando um ambiente propício à cooperação.

Percebe-se, então, uma hesitação inicial nas iniciativas de José Sarney para romper com a política externa dos mandatos militares. O desfecho desse processo só se concretizou mediante a pressão dos Estados Unidos para a abertura econômica, aliadas às políticas para a cooperação de Sarney estabelecidas com países vizinhos sob os princípios democráticos emergentes. Essa conjunção de fatores culminou, por fim, numa transformação gradual da abordagem brasileira em relação à sua política externa, marcando um ponto de inflexão significativo em direção a uma postura mais alinhada com a democratização.

No governo de Collor, notou-se um compromisso ainda mais expressivo com a inserção do Brasil no âmbito internacional. Para alcançar esse objetivo, tornou-se imperativo que ele implementasse medidas no cenário doméstico visando à progressiva liberalização do comércio, reforçando assim seu poder de barganha por meio dessas iniciativas, a fim de enfrentar os desafios decorrentes da crise econômica. A postura adotada pelo presidente é identificada como uma causa essencial para a MPE, fortalecida ainda mais pelas reformas

administrativas no MRE, promovidas por ele para descentralizar o poder decisório da instituição.

No contexto externo, o fim da Guerra Fria foi um elemento de extrema importância para impulsionar essa mudança. Ao contrário do governo de Sarney, em que a aproximação com os Estados Unidos ocorria de forma forçada, durante o governo Collor, as alianças com os EUA foram fortalecidas de maneira mais espontânea, mesmo diante da evidente hegemonia norte-americana. Portanto, mais uma vez, ressalta-se o papel do Chefe de Estado na promoção da MPE.

Na Coreia do Sul, por outro lado, concluiu-se que a atuação do presidente em relação à política externa desempenhou um papel significativo na concretização das expectativas de mudança. Durante o governo de Roh Tae Woo, por exemplo, a abordagem em relação ao Norte influenciou a direção da política externa sul-coreana de maneira substancialmente diferente da era autoritária do país. A orientação da política externa passou a priorizar a normalização das tensões com a Coreia do Norte, algo anteriormente impossível, dada a narrativa anterior centrada na ameaça e nas questões nucleares que continuavam a minar a paz na região. Assim, as iniciativas do Chefe de Estado, dotado de poder decisório, desempenharam um papel essencial na MPE.

Após o término do mandato de Roh, o presidente civil Kim Young Sam, que esteve no cargo de 1993 a 1998, intensificou ainda mais a abertura econômica e política na Coreia do Sul, adotando uma abordagem de globalização (*seggyehwa*). Nesse cenário, ele aproveitou as oportunidades proporcionadas pelo contexto internacional globalizado para promover a liberalização da economia sul-coreana, com o objetivo de fortalecer a posição de negociação do país e integrá-lo mais efetivamente na competição internacional, como já discutido anteriormente. Durante seu mandato, observou-se um aumento substancial na participação de diversos atores no processo de formulação da política externa, embora o entendimento geral seja que o Executivo mantém seu papel central nesse domínio.

Nesse sentido, percebe-se uma quebra com a política externa anterior, que se concentrava nas relações regionais e na redução de tensões com países socialistas. Adicionalmente, destaca-se, uma vez mais, a influência primacial do líder como o principal impulsionador da mudança, sem desconsiderar a relevância de outros fatores que também desempenharam um papel significativo na ocorrência de transformações.

A aplicação dos resultados permitiu identificar semelhanças entre os casos e compreender a relação entre regime político e política externa por meio da metodologia utilizada, baseada na concordância. Assim, mesmo considerando as diferenças inerentes aos

dois países, foram identificadas variáveis independentes comuns (especialmente a mudança de regime) e as relacionamos com a semelhança nos resultados, as MPE.

Além disso, a revisão literária dos conceitos de política externa contribuiu para a compreensão de diferentes comportamentos no processo de elaboração da política e de decisões, assim como para entender a relação entre mudanças de regimes, MPE e os agentes promotores e estabilizadores dessas rupturas.

Estudos desse tipo são fundamentais para entender a dinâmica dos atores e a elaboração das políticas, bem como seus impactos na PE, não apenas durante regimes em processo de transição, mas também em regimes já consolidados. Além disso, proporcionam a oportunidade de analisar comparativamente casos significativamente diferentes, enriquecendo a literatura que, atualmente, carece de estudos comparativos entre as políticas externas do Brasil e da Coreia do Sul.

Entretanto, é necessário estar atento a alguns pontos. Primeiramente, é crucial reconhecer que, como toda pesquisa, esta possui suas limitações. Nessa égide, a falta de análise do perfil cognitivo dos presidentes e uma abordagem mais detalhada do papel do líder são consideradas restrições para uma análise mais sistemática dos casos presentes.

Devido a restrições de tempo e escopo, este estudo não conseguiu investigar profundamente essa questão. Para contornar essa adversidade, estudos futuros sobre Análise de Política Externa podem contribuir e explorar mais profundamente o tema, visando uma melhor compreensão do perfil psicológico dos presidentes e a relação com o seu papel desempenhado na condução de mudanças na política externa.

Em resumo, a pesquisa transparece o papel crucial do Chefe de Estado na promoção de mudanças, embora existam outros elementos significativos que contribuem para o fenômeno da ruptura. Esse papel pode ser influenciado por eventos domésticos e internacionais, levando o líder a adotar uma posição geralmente favorável a essas circunstâncias. Assim, o estudo abordado ajuda a compreender as complexidades intrínsecas aos casos, permitindo a identificação dos impactos dos atores na mudança e/ou estabilidade da política externa.

## REFERÊNCIAS

- AMORIM, O. N.; RODRIGUEZ, J. C. C. O novo método histórico-comparativo e seus aportes à ciência política e à administração pública. **Revista de Administração Pública**. 2016, v. 50, n. 6, p. 1003-1027. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7612156950>.
- BANCO MUNDIAL. South Korea: GDP Current (US\$) – Korea Rep. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.CD?locations=KR>. Acesso em: 15 de outubro de 2023.
- BENNETT A, Elman C. Case Study Methods in the International Relations Subfield. **Comparative Political Studies**. v. 40, n. 2, p.170-195, 2007.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2016.
- BRASIL. IBGE. Série Histórica do PIB. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- BRASIL. IPEA. Dívida Externa Bruta. Brasília: IPEA, 2023.
- CASTELAN, D. R. A implementação do consenso: Itamaraty, Ministério da Fazenda e a liberalização brasileira. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 563-605, 2010.
- CELAC - Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños. Venezuela, CELAC, 2023. Disponível em: <http://s017.sela.org/celac/quienes-somos/antecedentes/grupo-de-rio/>. Acesso em: 20 de outubro de 2023.
- CHAKRABORTY, K. (Ed.). **Dicionário de Diplomacia Cultural**. Berlin: Center for Cultural Diplomacy Studies, 2013.
- CHOI, K. Korea in the post-cold War Era. **Journal of Northeast Asian Studies**, 1991, v. 10, p. 24–34. DOI: <https://doi.org/10.1007/BF03025093>.
- COREIA DO SUL. Constitution (1987). Constitution of the Republic of Korea. Seoul, ROK: Governmental Body, 1987.
- DADOSMUNDIAIS.COM. 2022. Disponível em: <https://www.dadosmundiais.com/america/brasil/inflacao.php>. Acesso em: 20 de outubro de 2023.
- EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE INFLAÇÃO NO BRASIL. DadosMundiais.com. Disponível em: <https://www.dadosmundiais.com/america/brasil/inflacao.php>. Acesso em: 20 de outubro de 2023.
- FIGUEIRA, A. R. O que é Política Externa? *In*: FIGUEIRA, Ariane R. **Introdução à Análise de Política Externa**. São Paulo: Saraiva, vol. 1, p. 3-15, 2011.
- FIGUEIRA, A. R. Como se faz Política Externa? *In*: FIGUEIRA, Ariane R., **Introdução à Análise de Política Externa**. São Paulo: Saraiva, vol. 1, p. 19-42, 2011.

FIGUEIRA, A. R. Rupturas e continuidades no padrão organizacional e decisório do Ministério das Relações Exteriores. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 53, n. 2, p. 5-22, 2010.

GEORGE; BENNETT. The Method of Structured, Focused Comparison. *In*: GEORGE; BENNETT. **Case Studies and Theory Development in the Social Sciences**. Cambridge: MIT Press, 2005, p. 67-72.

GIVEN, L. M. Case Study. *In*: GIVEN, L. M. **The SAGE Encyclopedia of Qualitative Research Methods**. California: Ed. Scientific Research Publishing, 2008, p. 68-71.

GIVEN, L. M. Comparative Analysis; Comparative Research. *In*: GIVEN, L. M. **The SAGE Encyclopedia of Qualitative Research Methods**. California: Ed. Scientific Research Publishing, 2008, p. 100-103.

GIVEN, L. M. Data and Data Analysis. *In*: GIVEN, L. M. **The SAGE Encyclopedia of Qualitative Research Methods**. California: Ed. Scientific Research Publishing, 2008, p. 185-188.

GURTOV, M. South Korea's Foreign Policy and Future Security: Implications of the Nuclear Standoff. **Pacific Affairs**, vol. 69, no. 1, p. 8-31, 1996. <https://doi.org/10.2307/2760871>.

HAMILTON, N.; KIM, E. M. Economic and Political Liberalisation in South Korea and Mexico. **Third World Quarterly**, v. 14, n. 1, p. 109-136, 1993.

HAN, J.; PARDO, R. P.; CHO, Y. (Ed.). **The Oxford Handbook of South Korean Politics**. Oxford University Press, 2023.

HIRST, M.; PINHEIRO, L. A política externa do Brasil em dois tempos. *Revista brasileira de política internacional*, v. 38, n. 1, p. 5-23, 1995.

HUNTINGTON, S. P. How countries democratize? **Political Science Quarterly**. New York, v. 124, p. 31-69, 2013.

JEONG, K. Economic Cooperation between South Korea and the Soviet Union: Overview and Prospects. **Economic Journal of Hokkaido University**. Sapporo, v. 21, p. 153-164, 1992.

KINGDON, J. W. The Policy Windows, and Joining the Streams. *In*: KINGDON, John W. *Agendas, alternatives, and public policies*. Boston: Little, Brown and Company, 1984, p. 165-195.

LEE, J. Executive Politics. *In*: HAN, J.; PARDO, R. P.; CHO, Y. (Ed.). **The Oxford Handbook of South Korean Politics**. Oxford University Press, 2023, p. 183-197.

LIM, Y.; LEE, Y. Interest Group Politics. *In*: HAN, J.; PARDO, R. P.; CHO, Y. (Ed.). **The Oxford Handbook of South Korean Politics**. Oxford University Press, 2023, p. 326-341.

MATTOS, T. C. L. O Projeto de Reforma Liberal no Governo Collor de Mello: uma reflexão acerca da mudança estratégica na política externa brasileira no contexto nacional de reformas. 2018.

MILANI, C. R. S.; PINHEIRO, L. Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. *Contexto Internacional*, 2013, v. 35, n. 1, p. 11-41.

MORAN, J. Contradictions between economic liberalization and democratization: The case of South Korea. Taylor & Francis, v. 3, n. 4, p. 459-490, 1996. DOI: 10.1080/13510349608403490.

MRE – Ministério das Relações Exteriores. Resenha de Política Exterior do Brasil, v. 1 n. 48, 1985.

MRE – Ministério das Relações Exteriores. Resenha de Política Exterior do Brasil, v. 1 n. 69, 1991.

NIKLISSON, T. **Regime Stability and Foreign Policy Change**. 2006, 360 f. Tese (Doutorado) – Department of Political Science, Lund University, Lund, 2006.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Korea and the OECD. *Korea: OCDE*, 2021. Disponível em: <https://www.oecd.org/country/korea/anniversary>. Acesso em: 20 de outubro de 2023.

OLIVEIRA, H. A. A Política Externa na Nova República. *In: OLIVEIRA, H. A. Política Externa Brasileira*. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação SA, 2017a. v. 19, p. 201–227.

PECEQUILO, C. A América Latina e o Brasil. *In: PECEQUILO, C. Os Estados Unidos e o Século XXI*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 37-56.

PECEQUILO, C. As Relações Bilaterais Brasil-Estados Unidos (1989-2008). *Nueva Sociedad*, p. 86-103, 2008. ISSN: 0251-3552. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/as-relacoes-bilaterais-brasil-estados-unidos-1989-2008-as-tres-fases-contemporaneas/>.

PETERSEN, E. The End of the Cold War: A Review of Recent Literature. *The History Teacher*, vol. 26, no. 4, p. 471, 1993. DOI: <https://doi.org/10.2307/494470>.

PRADO, D.; MIYAMOTO, S. A política externa do governo José Sarney (1985-1990). *In: JESUS, D.; FIGUEIREDO, E.; REIS, T. Privatização da Força – O poder das empresas militares privadas durante a campanha do Iraque*. São Paulo: Revista de Economia e Relações Internacionais, v. 8, 2010, p. 67-80.

PUTNAM, R. D. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. *Revista De Sociologia e Política*, v. 18, n. 36, p. 147–174, 2010.

RHYU, S. Chaebol. *In: HAN, J.; PARDO, R. P.; CHO, Y. (Ed.). The Oxford Handbook of South Korean Politics*. Oxford University Press, 2023, p. 120-135.

SANCHEZ et al. Política Externa como Política Pública: uma análise pela regulamentação constitucional brasileira (1967-1988). *Revista de Sociologia e Política*. vol. 27, p. 125-143. 2006.

SARAIVA, J. F. S. (ed.). Is It Possible to Establish a Causal Nexus between Foreign Policy and Political Regime? *In: SARAIVA, J. F. S. Foreign Policy and Political Regime*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2003, p. 13-27. ISBN: 85-88270-12-9.

SARAIVA, J. F. S. (ed.). Political Regimes and Foreign Policies: An Introduction. *In*: SARAIVA, J. F. S. **Foreign Policy and Political Regime**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2003, p. 29-63. ISBN: 85-88270-12-9.

SAXER, J. C. Democratization, globalization, and the linkage of domestic and foreign policy in South Korea. *The Pacific Review*, Berkeley, v. 26, n° 2, p. 177-198, 2013. DOI: 10.1080/09512748.2012.759267.

SOHN, B. K. Legislative Politics. *In*: HAN, JeongHun; PARDO, Ramon Pacheco; CHO, Youngho (Ed.). **The Oxford Handbook of South Korean Politics**. Oxford University Press, 2023, p. 167-182.

SPOSITO, I. B. Governo Fernando Collor de Melo. *In*: SPOSITO, I. B. **Redirecionamento da Política Externa**. São Paulo: Editora Alameda, 2013, p. 121-139.

SPOSITO, I. B. Foreign policy change in Brazil: comparing Castelo Branco (1964-1967) and Fernando Collor (1990-1992). **Brazilian Political Science Review**. 2013, v. 7, n. 3, p. 123-181.

SPOSITO, I; LUDWIG, F. Mapping Inter-American struggle (1946-2001): an overview on military conflict and economic embargoes. **Revista de Paz y Conflictos**, 2021, vol. 14, n° 1, p. 35-59. DOI: 10.30827/revpaz.v14i1.15218. ISSN 1988-7221.

SUP CHANG, C. Chaebol: The South Korean conglomerates. **Business Horizons**, v. 31, n. 2, p. 1-57, 1988. DOI: [https://doi.org/10.1016/0007-6813\(88\)90081-X](https://doi.org/10.1016/0007-6813(88)90081-X).

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. Pressões para Mudança: a política externa de José Sarney. *In*: VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. (Org.). **A política externa brasileira: a busca da autonomia, de Sarney a Lula**. São Paulo: UNESP, 2016, p. 39-68.

WOO, M. The Developmental State. *In*: HAN, J.; PARDO, R. P.; CHO, Y. (Ed.). **The Oxford Handbook of South Korean Politics**. Oxford University Press, 2023, p. 114-119.

YOON, S. INTEREST GROUPS AND FOREIGN POLICY IN SOUTH KOREA: A CASE STUDY. **Journal of International and Area Studies**, vol. 6, no. 1, p. 51-63, 1999.